



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**COMERCIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO
CAMPONESA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**



Autor: Ivan Siqueira Barreto
Orientador: Prof. Dr. Ajibola Isau Badiru
Co-Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Núbia Dias dos Santos

São Cristóvão
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE-PRODEMA

IVAN SIQUEIRA BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO
CAMPONESA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Documento apresentado ao Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Ajibola Isau Badiru
Co-orientadora: Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos

São Cristóvão
2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

B273c Barreto, Ivan Siqueira
Comercialização como estratégia de reprodução camponesa no Alto Sertão sergipano / Ivan Siqueira Barreto ; orientador Ajibola Isau Badiru. – São Cristóvão, 2014.
123 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Economia agrícola. 2. Camponeses - Território. 3. Uso da terra. 4. Sertão Sergipano. I. Badiru, Ajibola Isau, orient. II. Título.

CDU: 338.43.01(813.7)

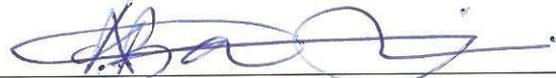
IVAN SIQUEIRA BARRETO

**COMERCIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE
REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ALTO SERTÃO
SERGIPANO**

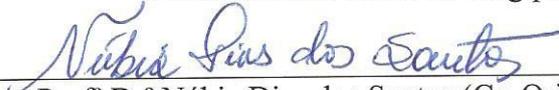
Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Defendida e aprovada em: __/__/

BANCA EXAMINADORA



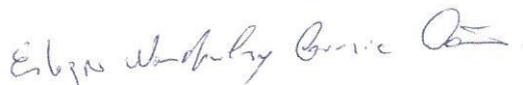
Prof.º Dr.º Ajibola Isau Badiru (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe



Prof.º Dr.º Núbia Dias dos Santos (Co-Orientador)
Universidade Federal de Sergipe



Prof.º Dr.º Gicélia Mendes da Silva
Universidade Federal de Sergipe



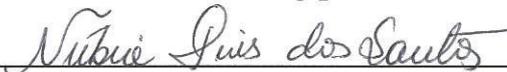
Prof.º. Dr.º Eustógio Wanderley Correia Dantas
Universidade Federal do Ceará

É concedida ao núcleo do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente a permissão para disponibilizar, reproduzir cópias dessa dissertação, e emprestar ou vender tais cópias.

Ivan Siqueira Barreto – Autor
Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA- UFS)



Ajibola Isau Badiru - Orientador
Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA- UFS)

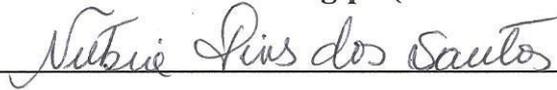


Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos - UFS (Co-orientadora)
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final do mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.



Prof Dr Ajibola Isau Badiru (orientador)
Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS)



Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos - UFS (Co-orientadora)

Universidade Federal de Sergipe

*Dedico este trabalho especialmente à
memória de irmã Naná e ao futuro da
minha tão esperada cria.*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são a última etapa de qualquer trabalho. Neste momento ficamos receosos pelo esquecimento de algum ente, companheiro ou companheira, mas os que me conhecem vêem nos esquecimentos, tiques e agonias uma característica que dá vida ao personagem, passemos então.

Os primeiros da lista não poderiam ser outros senão meus pais; minha querida mãe que é um exemplo de mulher lutadora, para muitas pessoas humildes e meu pai, o velho gordinho e bom tricolor, que também trilhou um caminho bonito na vida política do estado de Sergipe. O resultado só é perceptível aos que com ele compartilham uma cervejinha e vêem, na serenidade, a paz de um bom homem.

Devo também minha formação e cuidado à minha querida irmã Naná (*in memoriam*), que com muita perseverança, nos momentos mais difíceis das nossas vidas, não poupou um minuto de dedicação à nossa mãe e minha inquietude. Com ela também está presente meu grande avô Milson (*in memoriam*), um homem que não só me emprestou o gosto pelo saudoso Tricolor carioca, mas também a imagem representada por um homem respeitado pelo que deve ser. Como diz meu pai: “Desse barro não encontramos mais”.

Na convivência não poderia esquecer jamais do exemplo da minha avó Tide, uma sábia de rara existência nos dias de hoje, assim como meu avô Noé que como na história do nome, é capaz de construir uma arca para salvar sua família, pois o trabalho e o suor nunca lhe foram estranhos. Junto a eles também sou muito feliz pelo convívio com minha avó Lucy que desde pequeno observou minhas travessuras nos sítios que tanto gostávamos.

Crescendo, pude conhecer pessoas novas, entre elas meus novos irmãos Pedro e Bia, pelos quais nutro imenso carinho e admiração para um futuro bonito. Junto com eles, a esposa do meu pai, Lúcia que insistiu e também “me enjoou” bastante para os estudos, levar a sério, não deixando o mar corroer meus miolos ao lado dos companheiros irmãos Thiago e Zezinho, além da minha amiga Maria.

Dedico e agradeço esta fase da minha vida à Tatiane Leal (Tatá), minha companheira de vida e militância que me surpreende por sua generosidade e carinho.

Dos dois lados tenho tios que não cabem nas mãos, e o melhor é que cada um tomaria conta de uma página de descrição. Ao começar pela minha tia Cida e tio

Alberto que na simplicidade do trabalhador do campo me ensinou muita coisa sem que uma palavra fosse desperdiçada, juntamente com quem não poderia esquecer: meu primo-irmão Arthur, ou Chico Bento, ou Toreba.... O grande Andrezinho que me acompanha nas pescarias do Velho Chico ao lado, por muito tempo, do lendário Zé Ló (*in memoriam*). Gosto também de relembrar a felicidade que é encontrar minha tia natureba Leny e tio Paulo; a seriedade e persistência bonita de tia Cleide e tio Sérgio, tia Dinha, tio Celso, tia Lala, tio Elmo, tio Chico, tio Ricardinho (*in memoriam*), tia Luciene, tia Nô, tia Bel (Caçolinha), Titita (minha fã nº 1), tia Mércia, tio compadre Quinho o grande herdeiro da enfezação e familiaridade do Véio Milson, tio Milson (pescador de aquário), meu afilhado João Galeguinho e primos.

Não poderia esquecer jamais de dedicar este trabalho aos que me ensinaram que não aprenderia nada sozinho. Falo dos grandes militantes e organizações com que convivi na minha vida. Em especial à FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) com meus companheiros de gestões: Gilson, Maria, Cris, Erick, Rabanal, Celso, Luciano, Lícia, Raul, Dramim, Priscila, Bayne, Chintia, Grazi, Raquelle e Marina. Organização a que me dediquei na lapidação da sua história, ao MST que agora é a calçada por onde ando todos os dias da minha vida e que com muita luta me inspira com a garra das suas famílias que insistem em nos apontar o caminho da vitória; ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, à Via Campesina, aos companheiros da Consulta Popular (Testa, Bananinha, Rawy, Jessy, Erick, Vivi, Celso, Fábio, Herick, Dalva, Lucas; a Levante Popular da Juventude (Kyan, Sinho, Ronaldo, Jessy etc.)

Na UFS não só contei com a agronomia, mas com muitos companheiros de viola, de greves, assembleias, congressos, Resun etc. Entre eles Pel, Gerri, Dalva, Sidnelson, Alessandra, Priscila, Rafa, Jopas, Myke, Danilo, Wedmo, Fábio, Bira, Sashi, Leilane, Mayra, Cleidinho, Aninha, Vilela, João, Jamile, Aline e muitos outros.

Agradeço e devo este trabalho em fé aos milhares de camponeses espalhados pelo Brasil, em especial os sertanejos.

Por último e não menos importante aos meus mestres que contribuíram com minha passagem pela academia e os que me guiaram pelo ensino primário. Destaco o meu Orientador Ajibola Isau, minha co-orientadora Núbia Santos, Cristiano Ramalho, Thereza Zavaris e Givaldo.

“A humanidade se divide em dois grupos:
O grupo dos que não comem
E o grupo dos que não dormem
Com receio da revolta
Dos que não comem.”

(Josué de Castro, 1961, Geopolítica da Fome.)

RESUMO

No Brasil, o camponês contemporâneo procedeu de um capítulo de resistência às propostas conservadoras, passando pelo período da escravidão à frustrante Lei de Terras (1850); pelo governo desenvolvimentista de Getúlio Vargas até à atual participação pelo período do agronegócio predatório dos recursos humanos e naturais. Esta pesquisa teve o camponês sertanejo como sujeito contemporâneo, enquanto foco para entender uma das suas estratégias de reprodução no seu território, que é a comercialização. Foram examinados os assentamentos de Curralinho, com 50 famílias; Dom José Brandão, com 41 famílias; e Flor da Serra, com 41 famílias. Todos localizados no território do Alto Sertão sergipano no município de Poço Redondo. A abrangência do estudo mostrou-se pertinente ao entender-se que os problemas locais correspondem e reproduzem uma dinâmica global e estrutural do campo no sertão sergipano. O camponês, sujeito que não teve enquanto herança histórica a habilidade com a participação ativa nos mercados, acumulou ao longo do tempo certo desafios para sua inserção. Portanto, o objetivo do estudo é analisar como a comercialização camponesa contribui para a reprodução social dos camponeses assentados no município de Poço Redondo. Assim como a maneira como se define o território e se relacionam com os outros setores da sociedade, desenvolvendo-se através da comercialização que, concretamente, dividimos em vendas diretas, vendas indiretas e com os mercados institucionais, através das políticas públicas do estado. Para isso duas etapas metodológicas com amplitude diferentes foram utilizadas: a primeira, um olhar mais geral através das metodologias participativas em reuniões, dinâmicas grupais e diagnósticos participativos; a segunda através de trinta entrevistas selecionadas e induzidas.

Palavras-chave: comercialização camponesa, sertão sergipano, território camponês

ABSTRACT

In Brazil, the contemporary peasant stemmed from a chapter of resistance to conservative proposals, passing through the slavery period, through the frustrating Law of Lands (1850), through the Getúlio Vargas' developmental government, until the current engagement in the period of agribusiness predation of human and natural resources. This research had the backcountry peasants as subjects in focus to understand one of their reproduction strategies in their "territory", which is the commercialization. The settlements of Curralinho with 30 families, Dom José Brandão with 41 families and Flor da Serra with 41 families were examined. All of them located on the territory of Sergipe's high-hinterland, in the county of Poço Redondo. The study's range proved to be pertinent by understanding that the local problems correspond and reproduce a global and structural field dynamics in the Sergipe's hinterland. The peasant, person who has not had as historical heritage, an active participation in markets, has accumulated through time certain challenges for his/her insertion. Therefore, the study's objective is to analyze how the peasant commercialization contributes to the social reproduction of the settled peasants in the county of Poço Redondo. As well, it is also the study's objective to analyze how the territory is defined and relates to other sectors in society, developing itself through the commercialization that, concretely, we divide into direct sales, indirect sales, and with the institutional markets, by means of state's public policies. For that, two methodological steps with different amplitudes were used: the first one was a more general look into the participative methodologies, reunions, group dynamics and participative diagnosis; the second one was developed in thirty selected questionnaires.

Key-words: peasant commercialization, Sergipe's hinterland, peasant territory

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| ANAP | Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba |
| APP | Área de Proteção Permanente |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| CEPAL | Comissão Econômica para América Latina e Caribe |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| DRP | Diagnóstico Rápido Participativo |
| EMBRAP | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| A | |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IALA | Instituto Universitário Latino-Americano de Agroecologia |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MACAC | Método Campesino a Campesino |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PDA | Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos |
| PNAE | Plano Nacional de Alimentação Escolar |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| SEAGRI | Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária do Estado de Sergipe |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------------|--|----|
| Figura 1 | - Territórios da cidadania em Sergipe | 19 |
| Figura 2 | - Quadro comparativo entre distintos modelos agrários: o latifúndio-monocultor e o camponês | 27 |
| Figura 3 | - Produtos envolvidos na cadeia leiteira no sertão sergipano, 2013 | 40 |
| Figura 4 | - Localização do município de Poço Redondo no Estado de Sergipe | 52 |
| Figura 5 | - Recorte da Figura 4, evidenciando os assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra em Poço Redondo-SE | 53 |
| Figura 6 | - Distribuição da população de Poço Redondo por domicílio em 2006 | 54 |
| Figura 7 | - Número de assentamentos rurais no Estado de Sergipe, 2011 | 56 |
| Figura 8 | - Número de famílias assentadas no Estado de Sergipe, 2011 | 58 |
| Figura 9 | - Área total dos assentamentos no Estado de Sergipe, 2011 | 60 |
| Figura 10 | - Casa de taipa no lote produtivo do Assentamento Dom José Brandão de Castro - Poço Redondo | 62 |
| Figura 11 | - Imagem da igreja no povoado Curralinho - Poço Redondo | 67 |
| Figura 12 | - Embarcações e pastoreio de ovelhas nas margens do Rio São Francisco em Curralinho - Poço Redondo-SE, 2013 | 68 |
| Figura 13 | - Brincadeira “quebra pote” no Dia das Crianças no PA Dom José Brandão de Castro - Poço Redondo | 74 |
| Figura 14 | - Preparo do solo com arado de tração animal no Assentamento Dom José Brandão de Castro - Poço Redondo | 75 |
| Figura 15 | - Panorama do Assentamento Dom José Brandão de Castro – Poço Redondo | 75 |
| Figura 16 | - Realização do DRP no assentamento Dom José Brandão de Castro - Poço Redondo, 2013 | 77 |
| Figura 17 | - Capela na subida da Serra da Guia - Poço Redondo | 79 |
| Figura 18 | - Casa de reza da Sra Zefa da Guia no Quilombo da Serra da Guia - Poço Redondo, 2013 | 80 |
| Figura 19 | - Realização do DRP no Assentamento Flor da Serra - Poço Redondo, 2013 | 82 |
| Figura 20 | - Cactaceae típica da caatinga (Xique-xique), Assentamento Flor da Serra – Poço Redondo, 2013 | 83 |
| Figura 21 | - Utilização de transporte asinino (de jegue) para o trabalho. Assentamento Flor da Serra – Poço Redondo, 2013 | 84 |
| Figura 22 | - Comparação entre a área total do município de Poço Redondo e dos assentamentos rurais | 87 |
| Figura 23 | - Proporção entre a área dos assentamentos de Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra – Poço Redondo | 88 |

| | |
|--|----|
| Figura 24 - Relação entre famílias regulares e irregulares, segundo registro do INCRA | 90 |
| Figura 25 - Acesso às agrovilas e lotes dos assentamentos: Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo | 90 |
| Figura 26 - Área plantada de culturas temporárias: média familiar por assentamento. Assentamentos Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra – Poço Redondo | 93 |
| Figura 27 - Produção de estoque forrageiro nos assentamentos: Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra – Poço Redondo | 94 |
| Figura 28 - Tipos de comercialização nos assentamentos: Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo | 96 |
| Figura 29 - Número de famílias que acessaram a CONAB | 97 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Metodologias participativas | 49 |
| Tabela 2 - Produção de animais no município de Poço Redondo-SE | 63 |
| Tabela 3 - Principais cultivos agrícolas no município de Poço Redondo (2007/2012) | 64 |
| Tabela 4 - Informações cadastrais do PA Currálinho | 66 |
| Tabela 5 - Informações cadastrais do PA Dom José Brandão de Castro | 72 |
| Tabela 6 - Informações cadastrais do assentamento Flor da Serra | 78 |
| Tabela 7 - Principais culturas, quantidade e valor - Poço Redondo | 91 |
| Tabela 8 - Lavouras e criações identificadas nos assentamentos Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra – Poço Redondo | 92 |
| Tabela 9 - Número de famílias por tipo de atividade de produção animal nos assentamentos Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo-SE | 94 |
| Tabela 10 - Valor anual da comercialização em Poço Redondo | 95 |
| Tabela 11 - Preço dos produtos envolvidos na cadeia leiteira em Poço Redondo | 95 |
| Tabela 12 - Programas acessados pelos assentamentos Flor da Serra, Dom José Brandão e Currálinho em 2013 | 97 |
| Tabela 13 - Valor dos programas acessados pelos camponeses dos assentamentos Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo | 98 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | A NATUREZA DA COMERCIALIZAÇÃO: A RELAÇÃO DO CAMPEPINATO COM O TERRITÓRIO, O MERCADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS | 24 |
| 2.1 | A questão camponesa enquanto processo histórico | 24 |
| 2.2 | O território e o camponês | 33 |
| 2.3 | Os processos de comercialização no contexto da reprodução camponesa | 36 |
| 2.3.1 | A comercialização camponesa: a dialógica entre a produção e o excedente | 36 |
| 2.3.2 | As formas de comercialização camponesa | 38 |
| 3 | METODOLOGIA DA PESQUISA | 48 |
| 3.1 | Seleção e categorização dos indicadores do estudo | 49 |
| 3.2 | Levantamento e sistematização dos estudos | 50 |
| 3.3 | Etapas metodológicas | 50 |
| 3.4 | Configuração socioterritorial dos assentamentos de reforma agrária no município de Poço redondo | 51 |
| 3.4.1 | Projeto de Assentamento (PA) Currálinho | 65 |
| 3.4.2 | Projeto de Assentamento (PA) Dom José Brandão de Castro | 71 |
| 3.4.3 | Projeto de Assentamento (PA) Flor da Serra....., | 78 |
| 4 | COMPARAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES APRESENTADOS PELOS PAs CURRALINHO, DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO E FLOR DA SERRA | 87 |
| 4.1 | Uma análise dos dados, das entrevistas e dos programas | 99 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| | REFERÊNCIAS | 103 |
| | ANEXOS | 108 |

1 INTRODUÇÃO

A comercialização agrícola é uma das estratégias utilizadas pelos camponeses no sertão sergipano para viabilizar sua reprodução, enquanto sujeitos, assim como desenvolver seu território sob uma lógica camponesa. Este cenário é circunscrito num recorte de tempo que revela uma história de resistência camponesa que se completa junto com estratégias de reprodução para o desenvolvimento pleno da família, enquanto núcleo de trabalho e do território onde vivem e materializam suas relações sociais.

Na sociedade brasileira dois projetos se materializam no campo, enquanto propostas de organização social. O primeiro é o projeto do capital que hegemoniza as relações culturais e de produção, territorializando-se, enquanto lógica, e desterritorializando os camponeses ou sujeitando-os, formando o território do capital; outro projeto configura-se a partir do modo de ser e de viver camponês que valoriza o trabalho familiar e os recursos naturais e culturais para consolidação do seu território. O problema a ser estudado é de que maneira a comercialização agrícola pelos camponeses assentados contribui para viabilizar sua reprodução ao tempo em que configura a existência de um território camponês na área de estudo.

A História da América Latina e do Brasil explica os motivos do nascimento do camponês, enquanto sujeito resistente, que ao longo da história foi retratado comumente através dos capítulos de enfrentamento, batalhas e genocídios. Celso Furtado (1987) desenvolve a ideia de que a ocupação econômica das terras americanas constitui um grande episódio da expansão comercial da Europa e que não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica. No século XV, as invasões turcas dificultaram a demarcação comercial com o oriente. Com isso, obstáculos no abastecimento de produtos de qualidade foram criados. A descoberta das terras americanas foi o maior episódio desse tempo, no contorno do obstáculo otomano. Portugal precisava ocupar o território de modo que fosse rentável e suficiente à política de defesa do território, pois haviam pretensões de uma investida holandesa e francesa.

O uso da terra viabilizou a consolidação de uma classe dominante concentradora que, através deste mecanismo, perpetuou-se não só pujante economicamente como também politicamente. Mas é necessário entender que este uso da terra conotou total controle do uso e, inclusive, do não uso.

Os camponeses em geral constituíram-se como produto da contradição de um estado modernizador e desenvolvimentista que, inclusive, nos dias atuais, em determinados setores,

tem padrões elevados junto à perpetuação de relações sociais atrasadas, como podemos ver nos noticiários os casos que relatam escravidão no século XXI.

O nordeste brasileiro guarda as marcas dos primeiros latifúndios instituídos no Brasil. Para esta região o estado somente voltou olhares depois da metade do século XX, com políticas cuja essência era enfrentar os longos períodos de estiagem.

Como numa equação que não fecha, tivemos medidas pontuais, para o camponês nordestino pobre, controladas regionalmente, na sua execução por oligarquias locais. O resultado disso não poderia ser outro que não a subordinação e o impedimento ao desenvolvimento soberano destas populações. Regionalmente as intervenções do estado no sertão do Nordeste brasileiro – SUDENE e BNB; DNOCS; Projeto Nordeste; Projeto Sertanejo; Projeto Chapéu de Couro – datam a partir da década de 1950 (SANTOS, 2012).

Nos dias atuais, não só o camponês nordestino como também os pequenos e médios produtores do país competem em atenção e investimentos do estado para a produção de alimentos contra o agronegócio produtor de *commodities*.

A atual expansão do *Agrobusiness* (Agronegócio) como forma de organizar a produção agrícola e o meio rural converge para a ideia de transformar a produção alimentar em *commodities*. Com isso, tem-se uma elevação no uso dos maquinários pesados, no consumo de pesticidas, sementes transgênicas e “defensivos agrícolas” em geral. Todo esse “pacote” foi amplamente difundido após a reestruturação capitalista pós Segunda Guerra Mundial com a chamada Revolução Verde que por sua vez propagandeava a intenção de acabar com a fome no mundo (LACEY, 1998).

A Revolução Verde foi concebida e preconizada baseada em pré-requisitos como: fornecer matéria prima para as indústrias, utilizar máquinas pesadas, reutilizando tecnologias de guerra (agrotóxicos, tratores de esteira etc), aumentar a produção e produtividade via grandes extensões de terra (latifúndio) e desatualizar a ideia de reforma agrária como modelo de desenvolvimento (LACEY, 1998).

De fato houve um grande aumento na produtividade agrícola em escala mundial, sendo que a população, entre 1961 e 2005, cresceu 111%. A produção de cereais 154%, de carne 280% e peixes e frutos do mar 227% (FAO, 2009). Aliado a este fenômeno os passivos ambientais completam o quadro que demonstra o quão insustentável é esse modelo a longo prazo. Tem-se a erosão e compactação do solo, a poluição do ar e do solo, a redução dos recursos hídricos (a agricultura é responsável por 70% do consumo humano de água), a perda

de matéria orgânica do solo, a inundação e salinização de terras irrigadas, a exploração excessiva dos recursos pesqueiros e a poluição dos mares. Todos esses fatores têm contribuído para a desaceleração da taxa de crescimento da produção alimentar.

Porém, mesmo que os representantes latifundiários, através da Confederação Nacional de Agricultores – CNA, apontem vantagens e dados que indiquem o agronegócio brasileiro como sustentador da balança comercial nacional, os mesmos não conseguem esconder a contradição expressa através dos índices que revelam a agricultura familiar como a principal responsável pela produção de alimentos consumidos no território nacional. No Brasil, a cadeia produtiva da agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto total da produção agropecuária, apesar de ocupar apenas 30% das terras e receber somente 25% do financiamento para produção. Quanto à produção para fins alimentares, a agricultura familiar responde por 60% do total do consumo interno (MDA, 2006). A exemplo desse fenômeno, observa-se simbolicamente que 85% da mandioca, 74% dos suínos, 70% do feijão, 70% do frango e 69% das hortaliças advêm da agricultura familiar (INCRA/FAO, 2000).

Hoje não só os movimentos sociais do campo denunciam os problemas vinculados ao modelo de desenvolvimento industrial dos *agrobusiness* como também milhares de ONGs. Fruto desse processo tem-se a campanha permanente contra o uso de agrotóxicos como resposta aos dados que revelam o Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (5,2 litros por pessoa/ano) (ANVISA, 2009).

Diversas estratégias foram adotadas pelos camponeses para própria reprodução. A organização política, o policultivo, a complementação com o trabalho assalariado temporário e também a comercialização dos seus produtos. As feiras livres são verdadeiros laboratórios desta estratégia.

A política de desenvolvimento territorial, através do MDS e o programa Territórios da Cidadania, em Sergipe, possibilitou no território da cidadania do Alto Sertão o acesso aos mercados institucionais. Estas políticas voltadas para o agricultor familiar são parte de uma estratégia adotada pelo Governo Federal através do programa Brasil Sem Miséria. Uma delas é a garantia de compra de pelo menos 30% da merenda escolar oriunda da agricultura familiar através do PNAE. Porém, o quadro ainda continua desfavorável para os agricultores familiares no que diz respeito à atenção do poder público. Vejamos que o Governo Federal aponta para o ano de 2014 um investimento de R\$136 bilhões para o agronegócio, enquanto

os agricultores familiares receberão R\$21 bilhões para produzir a maior parte dos alimentos diários para as famílias brasileiras (MAPA, 2013).

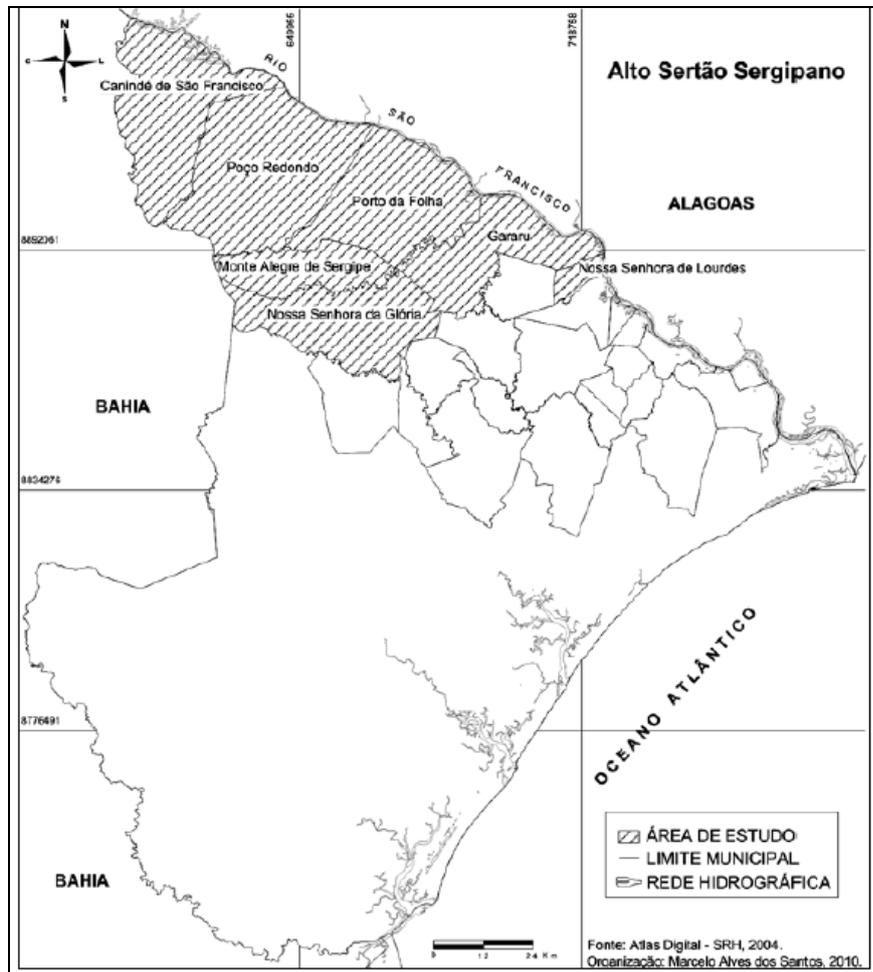
Para tanto a questão da comercialização será enfocada neste trabalho como parte importante para o desenvolvimento socioeconômico camponês, que por sua vez tem nesta prática uma perspectiva processual e holística, e não preponderante como é a agricultura industrial. Mesmo que a agricultura de base agroecológica venha ganhando maior visibilidade nos últimos anos, os produtos cultivados neste sistema de produção oriundos da agricultura familiar enfrentam problemas no processo de comercialização ao tentar encontrar um mecanismo mais eficiente para a comercialização dos produtos.

As formas autônomas (feiras livres, cooperativas etc.) e as políticas atuais de aquisição alimentar pelo estado via CONAB, o Plano de Aquisição de Alimentos-PAA, o Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e modelos de certificações são formas essenciais de articulação das comunidades de pequenos agricultores na tentativa de não serem “sufocados” pelas empresas agrícolas.

A região do Alto Sertão do Estado de Sergipe, que compreende o município de Poço Redondo, comporta uma grande quantidade de assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais.

O território abrange uma área de 4.908,20 Km² e é composto por 7 municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória.

Figura 1 - Territórios da cidadania em Sergipe



Fonte: Atlas digital – SRH, 2004
Organização: Marcelo Alves dos Santos, 2010

A população total do território é de 146.529 habitantes, dos quais 78.198 vivem na área rural, o que corresponde a 53,37% do total. Possui 12.833 agricultores familiares, 3.564 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 de terras indígenas. Seu IDH médio é 0,58 (MDA, 2013).

Este recorte empírico tem como critérios entender o camponês com terra, mas que passou por um processo de luta organizada para acessá-la no maior eixo concentrador de assentamentos do estado de Sergipe. Os assentamentos em questão (Currealinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra), dispostos nessa ordem na direção Norte-Sul, são parte deste processo e escolhidos numa distribuição espacial que contempla fatores importantes para a organização daquela região onde, ao Norte encontra-se o Rio São Francisco; na área

central, a sede do município; e ao Sul/Sudoeste, um Sertão mais seco e distante tanto do rio quanto da sede.

Ambos situam-se em áreas não irrigadas, que representam a realidade da maioria dos agricultores da região. Esta amostra, através dos três assentamentos, nos trará uma dimensão bastante representativa do problema pelos seguintes motivos:

- Os Assentamentos estão dispostos em sentido Norte-Sul, de modo que o Rio São Francisco exerce influencia decrescente entre Currálinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra. Dessa maneira, Currálinho, com 50 famílias, se relaciona de modo direto com o rio e as atividades relacionadas ao uso fluvial.
- A distância para a sede é pequena para o assentamento Dom José Brandão de Castro (6 Km), exercendo uma influência direta na dinâmica do território. O assentamento tem 41 famílias assentadas numa antiga fazenda da região. A sua proximidade com a sede não revela benefícios estruturais esperados e o trabalho complementar na cidade é uma realidade entre os jovens e adultos.
- O Assentamento Flor da Serra localiza-se no extremo Sudoeste do Município (56 Km pela estrada de asfalto e 35 Km por estradas de terra), numa região com maior escassez de chuvas, solos bastante rasos (predominância de solos litólicos eutróficos) e exclusividade na atividade leiteira com atravessadores e empresas.

A pesquisa tem vistas a responder questões relevantes à produção e conseqüente processo de comercialização camponesa.

- O camponês contemporâneo se reproduz através de quais estratégias?
- A comercialização contribui para a reprodução dos camponeses assentados?
- De que maneira o estado contribui para as atividades de comercialização dos assentados?

O problema a ser estudado versa sobre a maneira como a comercialização agrícola realizada pelos camponeses assentados contribui para viabilizar sua reprodução ao tempo em que configura a existência de um território camponês em oposição a um território do capital.

O objetivo geral é analisar como a comercialização camponesa contribui para a reprodução social dos camponeses assentados no Município de Poço Redondo. Os objetivos específicos são:

- Caracterizar sócio espacialmente o camponês assentado no sertão de Sergipe e os fatores que incidem sobre essa existência;
- Identificar as formas de comercialização dos camponeses dos assentamentos de Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra no município de Poço Redondo-SE;
- Comparar as estratégias de reprodução dos camponeses assentados.

No primeiro Capítulo discutimos a fundamentação teórica que nos permite entender a profundidade e relevância histórica do tema. As categorias estudadas envolvem a questão camponesa enquanto variável histórica que foi discutida ao longo dos séculos e percebida diferentemente de acordo com as intenções e percepções acerca do papel dos camponeses em determinados períodos. O Território enquanto categoria configurará um arcabouço de reflexão do espaço através de lógica crítica que contraponha a lógica dominante. A comercialização enquanto categoria será fundamentada através da sua essência e interface com outro eixo, o estado e suas políticas públicas. Nesse capítulo, serão discutidas as variáveis e as categorias que interferem no entendimento do controle dos camponeses sobre o que plantar, como, quando e por onde escoar, que é determinado por diversos fatores e um deles está na forma da comercialização. Para isso, precisamos entender como se articula a produção geral e de auto-consumo e o excedente na lógica da reprodução camponesa, assim como as formas de se relacionar com o mercado.

O segundo capítulo abordará a metodologia da pesquisa e a sua natureza. Para isso os sujeitos, o território e os instrumentos de análise mais adequados para investigação serão descritos. A ordenação adequada é: metodologia, seleção e categorização dos indicadores, levantamento e sistematização dos dados, etapas metodológicas, configuração sócio territorial dos assentamentos e comparação de indicadores. Duas etapas com amplitude focais diferentes são percebidas: A primeira um olhar mais geral através das metodologias participativas de reuniões, “dinâmicas” grupais e DRPs – Diagnóstico Rápido Participativo; a segunda através de trinta entrevistas induzidas e selecionadas. Esta amostragem é significativa num universo onde os assentamentos pesquisados têm uma média de 44 famílias (41,41 e 50 famílias). Aliado a isso a metodologia de reuniões e DRPs contaram com mais de 50% dos assentados em todos os casos.

O terceiro capítulo é o lugar para a discussão e interpretação dos dados estudados e também da validação da eficiência do método. Nele percebe-se que as feiras livres mantêm sua característica cultural popular e de viabilidade da produção, devido ao circuito curto de escoamento e gasto energético, reprodução cultural e maior controle sobre o processo da comercialização. Nas vendas indiretas, temos o atravessador, enquanto figura histórica da agricultura que alimenta os laticínios da região e mais recentemente a chegada de grandes empresas que apesar de cumprirem o papel de atravessadores têm características especiais quando realizam contratos formais e exigências de mercado. No que diz respeito aos mercados institucionais apesar dos avanços “desburocratizantes” e de um bom texto normativo que contemplaria os camponeses com uma política direcionada a eles vemos um descompasso com a operacionalização e gestão. Onde praticamente, no sertão estudado, somente existem agricultores que passaram pela experiência e não desejam mais participar do PAA ou qualquer convênio com a CONAB.

Após os três capítulos as considerações finais foram realizadas de modo que foram condensadas as impressões sobre os resultados e análises, assim como recomendações. Ao final as referências bibliográficas estão expostas.

CAPÍTULO 1

2 A NATUREZA DA COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA: A RELAÇÃO DO CAMPESINATO COM O TERRITÓRIO, O MERCADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O camponês, sujeito imbuído de adornos conceituais, coaduna com a ideia moderna de sustentabilidade, mas não aquela isolada e periférica. A ideia de sustentabilidade para o atual paradigma agrário incorpora necessariamente uma interpretação nova do mundo contemporâneo que vislumbra rupturas e se articula com a sociedade desenvolvida através do seu território, do estado e suas políticas públicas, mercado e outros setores da sociedade.

Cada vez mais a complexidade dos paradigmas modernos, que discutem sustentabilidade, aponta soluções que incorporam antigas tradições, ressignificam-nas e também buscam novas teorias e práticas exigidas pela natureza da complexidade destas questões. Assim como enfrenta os tratados superficiais através de uma crítica àqueles que tentam impermeabilizar o sistema econômico atual com medidas sustentáveis focais e insuficientes, quando a lógica de organização econômica e social reafirma seu caráter predatório e insustentável.

Neste capítulo, teremos um recorte teórico que contempla a história da questão agrária ao longo dos anos, percebida através de polêmicas conceituais entre autores. Os temas que dialogam com a questão camponesa e o problema a ser entendido serão abordados conjuntamente através de teorias de análises: camponesinato, territórios, estado, políticas públicas e mercado.

2.1 A questão camponesa enquanto processo histórico

Determinadas atividades e práticas atribuídas a uma classe social podem ser incorporadas e ressignificadas por outra? A comercialização agrícola nunca foi a atividade primária dos camponeses. Este trato, ao longo do tempo, foi sendo incorporado de forma heterogênea a esta classe. Entender a questão camponesa historicamente e seus dilemas atuais são inflexões necessárias para desenvolver uma leitura apropriada ao dilema da comercialização camponesa.

A questão camponesa apresenta-se neste século com vestes pujantes. Historicamente, teóricos debruçaram-se sobre esta classe social que percorreu milhares de anos metamorfoseando-se. Alguns autores como o Ex-ministro da Agricultura Francisco Graziano

e Ricardo Abramovay (1992), apontam que esta classe já não existe e inclusive é desnecessária ao mundo “desenvolvido”, enquanto outros (SANTOS, 2012; SHANIN, 2012; GUZMAN, 2000) afirmam-na, enquanto classe e também desmistificam a ideia hermética de desenvolvimento global padronizado. Reunimos neste trabalho reflexões e fatos que auxiliam a afirmação de que há um processo novo de recriação camponesa e, por esta razão, as polêmicas a serem enfrentadas já são de outra ordem, pois assim como os industriais deste século já não têm os moldes dos ingleses do século XVI, os camponeses, por sua vez, também já não são os mesmos, assim como a maneira como participam da sociedade.

Teria o campesinato um papel ultrapassado no mundo moderno? Há tendências teóricas explicitadas em textos oficiais de órgãos como o Banco Mundial e FMI – Fundo Monetário Internacional – que se baseiam nas teorias que historicamente tratam a natureza dos camponeses enquanto uma fração de classe que retarda o desenvolvimento ou que resiste à modernização. Atribuíram tal fração a uma racionalidade que repudia as tecnologias e que assim, pertencem a regimes já ultrapassados ou concluídos (como o Feudalismo). Por outro lado, outras perguntas, segundo Guzmán e Molina (2000), podem ser sobrepostas diante da definição do termo campesinato, em detrimento de pequeno agricultor, agricultor familiar etc.

Para Guzmán e Molina (2000) a questão camponesa baseada nesses termos é um falso debate, por isso utilizam o termo campesinato, sendo mais do que uma categoria histórica ou sujeito social, mas sim uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agro ecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim, distintos graus de “camponesidade”¹

O conceito de Campesinato evoluiu do ponto inicial onde caracterizavam-no enquanto segmento social de produção e consumo até sua conceituação agroecológica atual. O campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar parte dela num processo de coevolução (NOGAARD, 1994) que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental (TOLEDO, 1995).

Neste sentido, o campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica dos recursos naturais. Com isto, Vitor Manuel Toledo (1995) conceituou o campesinato de forma operativa mediante indicadores: a) energia

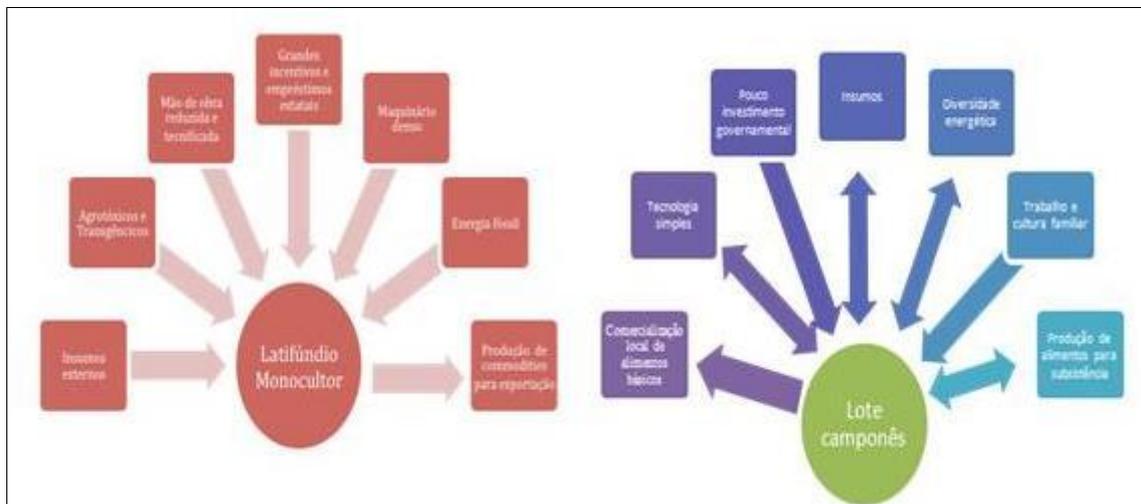
¹ No original: *grados de campesinidad* (Guzmam e Molina, 2000)

utilizada; b) escala ou tamanho do âmbito espacial e produtivo de seu manejo; c) auto suficiência; d) natureza da força de trabalho, e) diversidade; f) produtividade ecológico-energética e do trabalho; h) natureza do conhecimento e, por último; i) cosmovisão (TOLEDO, 1995). Aplicando assim estes indicadores, pode-se caracterizar o modo de uso do campesinato e o modo de uso industrial ou terciário do manejo dos recursos naturais.

Com base nos indicadores de Toledo (1995), podemos evidenciar que o modo camponês não se associa linearmente aos ditames de mercado preponderantemente. Dessa forma a dinâmica comercial é distintiva de outras, ou seja, o excedente participa em pequena escala de um processo “íntimo” de produção que tem primazia pela reprodução desse sujeito em seu território, diante da comercialização. Obviamente que a agricultura industrial, de *commodities*, tem finalidade comercial escalonada em detrimento de todas as outras dimensões associada às regras gerais de mercado e suas tendências conjunturais. Com base em tais reflexões elaboramos um quadro comparativo dos dois modelos agrários existentes no Brasil, como está exposto na Figura 2.

No Brasil, o estudo do desenvolvimento do capitalismo no campo permite levar em consideração as teses em torno do campesinato que existe em outros países como, por exemplo, a de Alexander Chayanov, autor russo, responsável por trazer contribuições consideráveis para o debate em torno do campesinato, ao estudar, a fundo, a produção camponesa da Rússia no início da implantação do regime socialista naquele país. Chayanov (1981) revela a possibilidade de o modo camponês sobreviver dentro do sistema capitalista, sendo um modo não capitalista de produção, através de sua característica flexível no uso da mão de obra familiar e na não objetivação do lucro como elemento principal.

Figura 2 - Quadro comparativo entre distintos modelos agrários: o latifúndio-monocultor e o camponês



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2012

O estudo de elementos que caracterizam a produção camponesa também foi realizado por acadêmicos brasileiros, tais como Jose Vicente Tavares dos Santos que, em sua obra denominada *Colonos do Vinho* (1978), estuda os camponeses de um bairro rural da região sul do Brasil e aponta uma série de elementos responsáveis por caracterizar a produção camponesa, tais como a força de trabalho familiar, a socialização do camponês, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho. Oliveira (1991) ao discorrer a respeito das questões teóricas sobre o campesinato faz um breve resumo desses elementos da produção camponesa e afirma ainda que a obra de Tavares dos Santos pode ser considerada uma adaptação da proposta de Chayanov à realidade brasileira.

No entanto, como aponta Martins (1986), o campesinato brasileiro possui características próprias por, diferentemente do campesinato de muitos países da Europa, ser forjado dentro do modo capitalista de produção. Dessa forma, Oliveira (2007) identifica o campesinato brasileiro como resultado do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, afirmando que o camponês brasileiro deve ser entendido dentro do capitalismo e não fora dele: “O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

Logo recuperamos a premissa de Shanin (2005) que despreocupa o excesso sobre as terminologias e conceitos teóricos, como no caso do campesinato. Afirma não existir “um camponês” em sentido específico e global, ou seja, tais caracterizações não servem se forem ignorados o conteúdo entrelaçado pelo tempo, espaço e relações construídas historicamente

pelo sujeito.

A Luta pela terra no Brasil tornou-se o paradigma existencial do campesinato. Os “Sem Terra” constituíram-se em classe “formal” a partir da efetivação da propriedade da terra no Brasil. Os conflitos e fugas de escravos, objetivando a criação de quilombos recriadores de cultura e existência coletiva, direcionaram o sentido de uma parcela importante do povo brasileiro para a vida camponesa. Em meados do século XIX, o Brasil atravessava um momento delicado de transformações e acirramentos destas lutas, junto a uma pressão internacional exercida prioritariamente pela Inglaterra para superação do escravismo no Brasil.

A abolição eminente trazia para as classes dominantes outro paradigma: Como impedir a *campesinização* dos escravos abolidos? A intenção era criar mão de obra assalariada. Soma-se a este contexto uma Europa em crise tensionada principalmente nos campos pela crescente miserabilidade dos camponeses, momento que propiciou parcelas significativas de camponeses tradicionais pobres serem atraídos pela proposta de migrar para o Brasil.

Foi neste bojo que Dom Pedro II criou a Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras, que definiu critérios para aquisição e legalização de terras. Um estudioso da questão agrária e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile (1997) aponta que as definições da lei restringiam o acesso à terra, quando agregava condicionantes inatingíveis pelos escravos libertos: legalização em cartórios e grande quantia em dinheiro a ser paga para a Coroa. Paralelo à criação desse contingente sem terra foi fortalecido o latifúndio que regularizou suas sesmarias, edificando aquilo que seria o principal pilar da concentração de renda e poder no Brasil, as terras².

O marco mais exato para a “criação” do campesinato é a constituição do sistema de colonato nas plantações de café, que nada mais era do que um sistema de relações entre

² A característica principal Lei nº 601, de 1850 é que, pela primeira vez, implanta no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa. Essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para “comprar”, pagar pelas terras à Coroa. E assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados. (STEDILE, 1997, p.10)

trabalhadores e donos de terras que possibilitava àqueles uma parcela da produção, moradia condicionada a uma pequena área para produção de subsistência. Stédile (1997) caracteriza esse fenômeno sob determinadas características:

O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira, já mencionada, trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de “sertanejo” e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (STEDILLE, 1997, p.11).

Nos dias atuais, resultantes do processo neoliberal construído no fim do século passado, a academia e a prática política vêm enfrentando o cenário que orienta uma inevitável evolução da agricultura familiar para o agronegócio, ou *agrobusiness* como forma de melhor solucionar os problemas da sociedade.

Através da leitura de Guilherme Delgado (2005) podemos destacar que as concepções das Questões Agrárias que determinaram as bases históricas para a consolidação do agronegócio chocaram-se diversas vezes e em múltiplas oportunidades históricas na política brasileira. O bloqueio à reforma agrária no Brasil de 1930 até os dias atuais tornou-se um paradigma estruturante da nossa sociedade que desde o Período Colonial se desenvolveu sem alterar o relevante abismo social e a dependência externa. O Brasil passou pelo primeiro momento de desenvolvimento nacional a partir da Era Vargas, na década de 30, e mesmo com a criação do Ministério da Agricultura foi priorizado o meio urbano, em detrimento do espaço rural e suas reivindicações trabalhistas e a distribuição de terras.

Entre 1950 e 1964 diversas linhas teóricas definiram saídas para a questão agrária frente aos dilemas e pressões populares. Delgado (2005) sinaliza para quatro centros de reflexão: o Partido Comunista (PCB); setores reformistas da Igreja Católica; a Comissão

Econômica para a América Latina (CEPAL) e os economistas conservadores. Entre os comunistas, como Caio Prado Jr, a tese do desenvolvimento capitalista enquanto tendência que assalariaria crescentemente a força de trabalho rural, também tornaria secundária, ainda que defendida, a Reforma Agrária perante a defesa da legislação trabalhista no campo; a CEPAL por sua vez, marcada pela contribuição de Celso Furtado, justificaria uma mudança na estrutura fundiária brasileira e nas relações de trabalho, apontando uma tendência de pressões urbanas pela oferta de alimentos; a igreja que demarcava politicamente com os comunistas não tratou de defender a Reforma Agrária, mas sim o direito à propriedade e à legislação trabalhista; por último um grupo de economistas conservadores, largamente identificados com as teses de Delfim Neto, refutavam a tese da CEPAL e junto a isso a existência de uma “questão agrária” a solucionar (DELGADO, 2005).

A Modernização Agrícola conservadora defendida por Delfim Neto, entre outros economistas, alicerçava suas teses nas funções da agricultura para o desenvolvimento econômico. As funções eram: a) liberação de mão de obra para indústria sem diminuir a oferta de alimentos; b) a criação de mercado consumidor; c) expansão das exportações; e d) financiamento de parte de capitalização da economia (DELGADO, 2005).

Esta modernização foi implementada junto à derrubada do governo João Goulart pelos Militares em 1964. A derrubada daquele governo representou uma derrota para as propostas populares e progressistas, as chamadas reformas de base³. Com Delfim Neto no Ministério da Fazenda em 1967, foi implementado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Ao final da Ditadura Militar, o campo brasileiro combinou um modelo tecnicamente moderno e socialmente conservador, pois integrou a indústria com a agricultura e também conservou as oligarquias latifundiárias.

O início da década de 80 marca o arranjo das bases de um novo conceito para a questão agrária, o agronegócio.

De um lado, a resistência das classes dominantes; do outro, as inúmeras experiências de pressão popular para resolver os conflitos rurais. Do surgimento das primeiras Ligas Camponesas em 1945 até à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, a luta pela terra continua se reconfigurando. Mesmo com a constituição de 1988, impondo a função social da terra ao estatuto da terra, veremos que o modelo econômico

³ As reformas de base eram entendidas pelos setores progressistas e intelectuais como Florestan Fernandes como uma série de reformas de caráter nacional e estruturantes que a burguesia interna associada ao capital estrangeiro suplantou. Entre elas a reforma educacional, urbana, agrária e o desenvolvimento nacional.

a ser seguido novamente descarta a Reforma Agrária e consolida o agronegócio enquanto modelo que já não interage com a indústria nacional em crise, mas com o universo da macroeconomia regida pelo FMI. Esse período foi marcado pela criação do primeiro PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária-, exatamente em 1985 através de um decreto presidencial.

Amadurecido a partir de 1990, o agronegócio pode ser definido enquanto expressão do ciclo do capital internacional e financeiro na agricultura latino-americana.

Guilherme Delgado (2005) destaca três fases para entender o agronegócio subinscrito na questão agrária: 1) 1983/93: primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994/1999: folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; 3) 2000/2003: relançamento da estratégia do saldo comercial externo a qualquer custo. Embora Delgado (2005) encerre esta avaliação em 2003 podemos afirmar que no curso do Governo Lula (2002/2010) e atualmente Dilma Rousseff a “fase 2000/2003” do agronegócio não mudou, apenas foram incorporadas novas funções com a recuperação do etanol e dos agro combustíveis, apesar da criação do II PNRA (2003) que foi construído por diversas organizações da sociedade durante a Conferência da Terra em Brasília, mas os seus objetivos e metas estão sendo descumpridos até os dias atuais.

Ao contrário das informações difundidas pelos grandes meios de comunicação, existem centenas de ativistas, pesquisadores (GUZMÁN, 2000; MOLINA, 2000; ALTIERE, 1995) entre outros, e personalidades políticas progressistas que vêm alertando que o modelo agroexportador é inviável, pois recupera as bases do sistema colonial *plantation* que somente visava à exportação e produção em grande escala de um único produto, à concentração de terras e o uso massivo de agrotóxicos.

Nesse contexto as relações econômicas e sociais são complexas, pois envolvem bancos, especulações, bolsa de valores etc. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 o Agronegócio produziu em torno de R\$ 85 bilhões (PIB agrícola), mas para isso precisou tomar empréstimos de cerca de R\$ 80 bilhões dos bancos. Junto a isso, verifica-se uma enorme dependência das empresas transnacionais que controlam todo o processo agrícola em questão. Prova disso é que as 20 maiores empresas que atuam no comércio e na agroindústria tiveram uma receita de R\$ 112 bilhões em 2007 (PETERSEN, 2009).

O agronegócio apresenta-se como o modelo agrícola sem agricultores e, por outro lado, a reforma agrária clássica já não apresenta soluções viáveis para os problemas dos pequenos camponeses e sem-terras. Os Movimentos sociais ligados à Via Campesina afirmam que não adianta mais repartir a terra e vincular as famílias ao mercado, e sim fazer o que chamam de *Reforma Agrária Popular*, que é um projeto econômico, social, político, cultural e ambiental. As bases são a vinculação entre a distribuição de terras e a criação de cooperativas, agroindústrias e tecnologias que estejam em equilíbrio com a natureza para que aumente a produtividade da área física sem incrementos tóxicos. Ou seja, as bases para isto encontram-se na construção das técnicas agroecológicas.

Para tanto, a agroecologia tem se tornado um campo da ciência capaz de envolver um projeto de desenvolvimento para a sociedade que intersecciona tanto os problemas ambientais, quanto sociais, políticos, culturais e éticos, pois o sistema monocultor padroniza o comportamento, a produção; torna dependentes os agricultores e degrada rios e solos. Altieri (1995, p. 28) define agroecologia como:

[...] a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura “sustentável” nas suas diversas manifestações e/ou denominações.

No Brasil, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2006) a produção orgânica ocupa 800.000 hectares e envolve cerca de 15.000 produtores. A região sul do país possui o maior número de produtores, contando com 10.200 agricultores numa área de 120.000 hectares.

O sistema de produção orgânica no Brasil absorve basicamente dois tipos de produtores. De um lado, os agricultores familiares, representando 90% do total, sendo estes responsáveis por cerca 70% da produção nacional, de outro, os agricultores empresariais que totalizam 10% dos produtores orgânicos (CAMARGO FILHO et al., 2004). Entre as principais vantagens da adoção do sistema orgânico por agricultores familiares pode-se destacar: a menor escala de produção, a diversificação produtiva, o envolvimento direto da família na gestão da unidade e na produção dos alimentos, menor dependência de insumos externos, possibilidade na eliminação no uso de agrotóxicos e os menores custos com a produção (HESPANHOL, 2008).

O principal dilema estratégico dos movimentos sociais que atuam no campo brasileiro está na alteração das suas posições na sociedade. O MST que orientou uma luta direta pela ocupação de latifúndios se depara hoje com o desafio de manter as ocupações e ainda responder os desafios de um movimento que interiorizou-se há trinta anos. Para isso, os movimentos sociais como MST, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores Quilombolas e outros começam a perceber que no curso da luta direta pela reivindicação via INCRA-Brasília existem os territórios compostos de identidades culturais, demandas educacionais, religiões que formam opinião, conselhos e outros inúmeros componentes que concretizam o território. Portanto a luta e o entendimento dos desafios dos camponeses perpassam obrigatoriamente por uma leitura adequada do território onde atuam.

2.2 O território e o camponês

O estudo do espaço e do território constituem ferramentas as quais possibilitam o entendimento da natureza dos processos em questão a partir da sua própria lógica. O território e o camponês estabelecem uma relação de existência mútua e, por isso, os produtos dessa relação dão pistas tipológicas do que são. Então o paradigma do “novo”, onde se quer chegar, parte das contradições geradas ao longo do tempo e o território preenchido historicamente de valor não pode ser entendido somente através da aparência.

O espaço geográfico pode ser considerado o conjunto de objetos naturais e artificiais e as ações que os animam, e as relações que lhes dão vida (SANTOS, 1997).

Conseqüentemente, Moreira (1981, p.132, apud Cardoso, 2001) afirma que: “Espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência: o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho (a relação homem-meio concreta) é a essência.”

Assim, o território corresponde a uma porção da superfície terrestre apropriada pela sociedade e sobre a qual esta estabelece suas formas de controle, manifestando relações de poder (MORAIS, 1984; RAFFESTIN, 1993).

Para Medeiros (2009), o espaço e o território não podem ser dissociados, pois, enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último, por sua vez, é a condição para que o espaço se humanize.

A evolução do termo “território” na história acadêmica surgiu a partir das ciências da natureza, ou seja, a partir de uma linguagem própria à explicação natural e positiva dos seres. Nessa análise, o território configurava o espaço provedor de necessidades específicas para determinadas espécies. Portanto, a Geografia e as ciências humanas adentraram ao tema, posteriormente, a fim de alterar o prisma da observação.

O conceito de território, de acordo com Moraes (1984), advém dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII. Com a chamada Geografia Crítica, este conceito foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação qualificada pelo trabalho social.

O desenvolvimento das perspectivas territorialistas na economia, no decorrer da segunda metade do século XX resulta de um *pressuposto* – a importância da variável espaço no conhecimento de um *objetivo*, a busca de equidade socioeconômica e de uma ambição interpretativa – a avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas (Reis, 2005).

Dentro da própria Geografia, o termo desenvolveu-se do plano meramente cartográfico à profundidade da geopolítica. O território e o espaço em si passam a ser não mais “palco” ou símbolo jurídico de estado, mas relativizado e relativizante.

Para Milton Santos (2001), o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território usado.

Neste sentido, o território só pode ser entendido enquanto território usado, e nesse caso ele é sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L., 2001). O território assume, enfim, a roupagem material delimitada pela sociedade que lhe atribui uso, forma, função e estrutura. Ele é um substrato, mas ao mesmo tempo resultado da própria sociedade. O território é a materialização da existência contraditória das relações sociais que o definem.

Santos (2006) afirma que o espaço será visto em sua própria existência, como uma forma-conteúdo, isto é, como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a consideramos separadamente do conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou.

Recentemente governos progressistas têm incorporado a noção de territorialidade na

elaboração e condução de políticas públicas. Um conceito de gestão mais descentralizado, onde os conselhos são parte importante na construção da política pública, de modo que não só cumprem papel consultivo como também deliberativo. Estadual e municipalmente houve diversas experiências de gestão participativa nos territórios (Bairros), no tocante ao orçamento, principalmente após o período de redemocratização do Brasil, especialmente após à Constituição de 1988. A primeira capital a adotar a participação popular foi Porto Alegre com o chamado Orçamento Participativo em 1989 com o governo de Olívio Dutra (PT).

Em 2008, a nível nacional, foi lançado o programa Territórios da Cidadania pelo Governo Federal, na Gestão de Luís Inácio Lula da Silva. Este programa tem por objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania através dos territórios.

Por esta razão o tema ganhou atenção acadêmica especial nesta última década. Por um lado, aqueles que concebem o conceito de território sob a forma traduzida nas políticas públicas e outros que mesmo compreendendo estas políticas mantém ampliado o conceito de território para além das estratégias induzidas de determinados planos de governos que por muitas vezes atribuem uma territorialidade equivocada e distinta daquela social e culturalmente construída pelos grupos sociais.

O território dos camponeses, então, não passa a transformar-se em ilha, mas sim em um ponto que ao modificar-se altera todo seu arredor que recebe a irradiação da consolidação e reafirmação camponesa. Mas a sociedade é complexa em sua organização e reprodução, e o estado com igual complexidade interfere no meio, produzindo, reproduzindo e fortalecendo os valores que viabilizam uma classe menor hegemônizar outra. Então o estado ocidental moderno pode ser entendido como expressão difusa de uma determinada classe, mas não tão homogênea e até contraditória quando parcelas do poder de estado estão em disputa no que diz respeito à orientação política e, por esse motivo, o governo (parte do estado) e seu plano atuam no território camponês por via de crédito, projetos, escolas e determinantemente na qualidade da comercialização.

A comercialização da produção camponesa é um processo que amplia o papel do camponês na sociedade. Enquanto processo, podemos dizer que o produto então carrega consigo marcas da sua gênese. No caso da comercialização camponesa entendemos que determinados produtos são priorizados em detrimento de outros e uma determinada cultura é fortalecida e multiplicada. Por essa razão, o estudo do território camponês é parte importante

do exame das potencialidades e desafios da comercialização camponesa para compreensão da reprodução social do camponês e a consolidação do seu território.

2.3 Os processos de comercialização no contexto da reprodução camponesa.

A natureza dos processos implica tendências resolutivas. No processo de comercialização dos produtos agrícolas pelos camponeses, temos diversas formas genéricas de comercialização. Neste capítulo, serão discutidas as variáveis e categorias que interferem no entendimento do controle dos camponeses sobre o que plantar, como, quando e por onde escoar a produção, que é determinada por diversos fatores, e um deles está na forma da comercialização. Para isso, precisamos entender como se articula a produção geral e de autoconsumo e o excedente na lógica da reprodução camponesa, assim como as formas de se relacionar com o mercado.

2.3.1 A comercialização camponesa: a dialógica entre a produção e o excedente

A comercialização camponesa se estabelece concretamente enquanto processo e fruto da relação do sujeito com a natureza através da técnica e do trabalho. E é concreta ao se realizar neste tempo histórico com características próprias num período de hegemonia global do capital sobre o planeta, fazendo predominar um só modo de produção, cuja tendência atual é incorporadora de todos os demais, ainda que seu desenvolvimento desigual comporte formas periféricas de produção não capitalista. Neste sentido, podemos falar em dialógica entre produção e excedente no modo camponês de produzir num universo dominado pelas regras do capital.

Entendida a forma de constituição do campesinato em contextos diversos, quais seriam os contornos específicos que correspondem ao que chamamos de “graus de camponesidade” relativos à produção e à comercialização?

A comercialização para o camponês tem um sentido parcial e complementar, pois a produção subdivide-se em diversas finalidades como o armazenamento de sementes, a alimentação familiar, a alimentação animal etc. Além de compor um contexto mais amplo, com a configuração de um território composto de aspectos culturais, a exemplo de árvores para diversas finalidades, elementos místicos, plantas medicinais etc.

As características específicas da comercialização camponesa agroecológica que a distinguem da industrial são: 1) policultivo; 2) prioridade para o mercado interno; 3) pequena escala; 4) reproduzem aspectos culturais locais; 5) alimentos saudáveis e, por último, 6) compreende o trabalho familiar e suas “divisões” geracionais e de gênero.

O camponês, portanto, tem capacidade de produzir alimentos e artefatos que constituem sua base cultural alimentar. Porém, existem diversos produtos que não são produzidos pelos mesmos e, dessa forma, há uma necessidade objetiva de adquiri-los com base em relações mercantis e/ou de troca.

No século XXI já existe um completo tecido político econômico que distribui regras monetárias complexas. Portanto, ainda que não seja objeto de estudo desta pesquisa, a troca não se realiza de forma simples. As determinantes que ditam as regras fixam preços, protegem determinados produtos, elege quais produtos determinadas regiões deve desenvolver e destina investimentos para isso; realizam-se entre a correlação de forças políticas instituídas no planeta. Produto, então, do que nomeia-se de *transnacionalização* da economia, onde a relação entre os estados e as corporações se sobrepõem de modo a legitimar a ordem capitalista na sua forma imperialista.

No Brasil, a tarefa de produzir *commodities* e produtos pouco industrializados e acrescidos de tecnologia projeta para o futuro uma completa submissão da agricultura às regras do mercado internacional que, na maioria das vezes, não correspondem às necessidades próprias do povo brasileiro. Com isto o êxodo rural continua sendo um fenômeno atual, e a dependência dos que ainda permanecem no campo agrava-se cada vez mais em dívidas, destruição ambiental, dependência de insumos, agrotóxico etc.

Portanto a comercialização no processo agrícola torna-se uma questão fundamental na medida em que é capaz de reter alguma renda para manutenção daquele sistema. As formas de comercialização têm graus diferentes no que diz respeito aos aspectos relativos à soberania e segurança alimentar⁴. Entre a comercialização direta (ex. feiras livres), indireta (ex. atravessadores) e os mercados institucionais que se aliam às políticas de estado há uma infinidade de fatores que devem ser analisados no que chamamos de “graus de camponesidade.”

⁴ No Brasil, os órgãos oficiais consideram-na de acordo com a Lei 11.346/2006, que no seu artigo terceiro define: a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. <www.planalto.gov.br>, 2014.

2.3.2 As formas de comercialização camponesa

Para entender as principais formas de comercialização que se apresentam nos dias atuais para o campesinato categorizamos três eixos de classificação: venda direta, indireta e mercados institucionais. A inserção nos mercados institucionais está sendo discutida fora da venda indireta para destacar esta importante modalidade que vem ampliando sua importância no campo brasileiro.

a) Comercialização camponesa: venda direta

Dentre as formas de comercialização, observam-se as principais: entregas a domicílio, entregas a lojas, vendas na própria propriedade e, principalmente, as feiras livres. As feiras são fenômenos econômicos sociais muito antigos e já eram conhecidas dos gregos e romanos, além dos povos árabes que constantemente faziam incursões nesses territórios. Entre os romanos, por causa das implicações de ordem pública que as feiras tinham, estabeleceu-se que as regras de sua criação e funcionamento dependiam da intervenção e garantia do estado. O papel das feiras tornou-se verdadeiramente importante a partir da chamada revolução comercial, ou seja, do século XI. Daí em diante, seu número foi sempre aumentando.

As feiras livres existem no Brasil desde o tempo da colônia. Apesar dos "tempos modernos" e dos descompassos com as grandes cidades, elas não desaparecem. Em muitos lugares no interior do país elas são o principal e, às vezes, o único local de comércio da população. Além de conter elementos que as fazem verdadeiros centros culturais e de lazer.

Segundo Dourado e Mesquita (2010), pensar as feiras livres no contexto de expansão das formas de varejo (hipermercados, principalmente) e da difusão do automóvel é fundamental porque possibilita-nos compreender estes espaços como lócus privilegiado para a sociabilidade e a reprodução do campesinato na cidade. Uma fração da cidade acaba sendo transformada, mesmo que momentaneamente, numa vitrine onde são expostos os frutos do trabalho da família camponesa, de modo a revelar a existência de uma territorialidade camponesa na cidade. Nesse sentido, defende a ideia de que as feiras livres contribuem sobremodo para a reprodução dos saberes-fazeres da cultura camponesa, constituindo-se uma estratégia interessante em seu processo de reprodução.

Maria Clara Queiroz Mauricio Pierre (2009) outrora define elementos precisos para considerar a importância das feiras:

[...] elementos que demonstram a viabilidade da feira livre como canal de comercialização de produtos da Agricultura Familiar. Indicando seu potencial de inserção nas pautas de programas de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. O Argumento fundamental é que os circuitos curtos de produção e consumo são importantes para a dinamização da economia local, para a geração de trabalho e renda no campo, além de oferta de alimentos saudáveis para populações urbanas. Sustentamos que o foco dos programas e ações para o fomento da comercialização deverá ser a ativação do seguinte circuito: Estimulo a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar em feiras livres; Minimização da participação de intermediários na cadeia produtiva; Aumento da renda das famílias; Fortalecimento da renda das famílias; Fortalecimento de laços de cooperação e solidariedade entre produtores rurais. (PIERRE, 2009, p. 29).

As feiras livres são a principal modalidade de venda direta entre o universo camponês, contudo as entregas domiciliares e comercialização itinerante-ambulante também fazem parte desta modalidade, ainda que mais residuais entre os camponeses. Neste contexto, porém, não é correto afirmar que as feiras livres são sinônimos de circuitos de venda direta, pois os feirantes não são, necessariamente, agricultores.

b) A comercialização camponesa: vendas indiretas

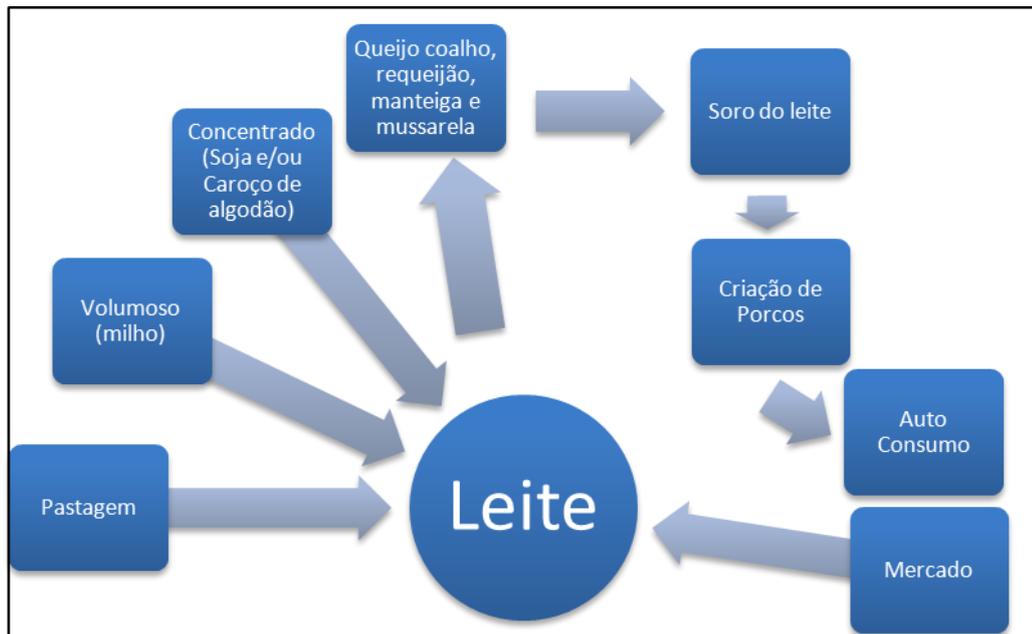
As vendas indiretas, na maioria das vezes, representam um elo frágil e penoso para a família dos agricultores. Os chamados atravessadores são justamente os sujeitos que detêm algum poder de acesso a mercados que não estão ao alcance das famílias, ou ainda dispõem de tecnologias exclusivas. Como exemplo desse fenômeno, temos as comunidades pesqueiras que não dispõem de energia elétrica ou refrigeração adequada e por isso tornam-se reféns daqueles que detêm tais tecnologias que ao fim fixam os preços de modo que o valor da produção tenha mais um coeficiente para divisão, ou seja, diminui a parcela que ficaria com os produtores. Tem-se a sujeição do trabalho camponês ao capital.

Contudo, diversas formas de comercialização indiretas existem: como a entrega de matéria prima para beneficiamento pelo comprador, vendas para distribuição atacadistas e varejistas, distribuição para restaurantes e lojas especializadas (ex. orgânicos), supermercados e exportação.

No sertão sergipano, são encontrados diversos tipos de atravessadores. Existem aqueles que compram hortaliças, frutas e verduras dos perímetros irrigados para revender nas cidades como é caso dos atravessadores de quiabo que compram e transportam a produção deste fruto do perímetro irrigado Jacaré-Curituba em Poço Redondo até os mercados de Salvador-BA. Ainda existem outros atravessadores que revendem no próprio território e as empresas de grande e médio porte que também compram a produção leiteira da região.

O sertão sergipano ao longo do tempo aprofundou sua vocação leiteira. Tradicionalmente os municípios do semiárido brasileiro têm uma pequena criação bovina junto à criação caprina. Em Sergipe, a bacia leiteira se fortaleceu no sertão e a produção caprina tornou-se menor do que a ovina e suína. Popularmente, a cadeia se edificou com o seguinte diagrama representado pela Figura 3.

Figura 3 - Produtos envolvidos na cadeia leiteira no sertão sergipano, 2013



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.
Nota: Lógica Observada.

Até a década anterior, as pequenas fabricas denominadas “fabriquetas”, recebiam e beneficiavam a produção local de requeijão e manteiga, principalmente. O queijo coalho sempre foi produzido no próprio estabelecimento de produção por necessitar de tecnologia mais simplificada, praticamente manual e a temperatura ambiente.

A atual fase do agronegócio que concentra a produção láctea no Brasil através de grandes empresas como a Danone e Nestlé tende a incorporar e/ou associar as pequenas e médias fábricas. Foi assim que ocorreu com a marca de produtos lácteos tradicionais Paulista, incorporada em 2001 à francesa Danone.

Em Sergipe ainda não existe uma inserção efetiva dessas empresas, mas a lógica se repete com empresas de porte regional. É o caso da Sabe Alimentos Ltda, Batalha e Natevile.

Em Sergipe a SABE já é líder na absorção da produção leiteira, através da estratégia de cadastramento e entrega de tanques de resfriamento nas fazendas e comunidades. A sua

capacidade leiteira projetada é de 320 mil litros de leite/dia, começando com 20 mil e de acordo com seus assessores chega em 2013 a 80 mil litros de leite/dia.

c) A comercialização camponesa: mercados institucionais

O estado brasileiro sempre foi displicente para com o pequeno agricultor. Primeiramente inviabilizou as feiras livres, depois passou a regulamentar e cobrar taxas sem que medidas de apoio significativas fossem depositadas.

No estado neoliberal em que a iniciativa privada e o mercado têm primazia sobre os interesses públicos e coletivos, as medidas institucionais tornam-se importantes mecanismos de fortalecimento do camponês. As políticas atuais mais significativas são articuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social – (MDS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – (MAPA) juntos com a CONAB que é uma empresa vinculada a estes Ministérios.

A Companhia Nacional de Abastecimento – (CONAB) é uma empresa pública criada em 1990, entrando em funcionamento em 1º de janeiro de 1991. Essa Companhia brasileira atua na política agrícola e de abastecimento no país, sendo um instrumento pelo qual o Governo Federal intervém na economia. Especificamente a CONAB tem por objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas pertinentes às áreas de abastecimento e regulação da oferta de preços agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, segundo as diretrizes baixadas pelo MAPA, observado o Decreto nº 3.981, de 24/10/2001;
- Participar da formulação da política agrícola;
- Exercer outras atividades compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo (MDA, 2007).

Porém, entre os objetivos e a realidade há um desafio operacional e de gestão. O produto deste processo pode interferir positiva ou negativamente. Para executar seus objetivos

a CONAB poderá:

- Comprar, vender, permutar, promover a estocagem e o transporte de produtos de origem agropecuária, atuando, se necessário, como companhia de armazéns gerais;
- Executar operações de comércio exterior, nos mercados físicos e futuro, de produtos agropecuários;
- Participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências;
- Firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público e privado;
- Efetuar operações financeiras com estabelecimento de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor;
- Aceitar, emitir e endossar títulos;
- Receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca;
- Aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia;
- Promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção;
- Promover a formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia;
- Restar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao MAPA e a outros órgãos e entidades públicas, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar (MDA, 2007).

Por estas questões, hoje, a CONAB tem se forjado enquanto uma agência reguladora.

Essas instituições se manifestam através dos programas específicos, como: PRONAF, FOME ZERO, PNAE e PAA.

O programa que mais gerou expectativas entre os agricultores foi o PAA. Pela ampla divulgação da política e qualidade da proposta, no primeiro momento. A sua operação e gestão integram um patamar do programa capaz de alterar a opinião dos agricultores, quando o conteúdo da política não encontra mecanismos para operacionalização da mesma ou é dificultado.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é considerado pelos agricultores como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, no qual o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa parte dele para pessoas em risco alimentar.

A implementação do PAA revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei 10.696, de 02/07/2003, regulamentada pelo decreto n.5873 de 15/08/2006.

Tem como finalidade o incentivo à produção agropecuária e a sustentação de preços, adquirindo alimentos produzidos por produtores familiares enquadrados nos grupos A ao E do PRONAF, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aquicultores familiares, trabalhadores rurais sem terra acampados, e comunidades indígenas por meio de suas associações ou cooperativas. Os alimentos são comprados pela CONAB – (Companhia Nacional de Abastecimento), por prefeituras e por alguns estados, a um preço de referência, equivalente ao preço de atacado do produto pesquisado no mercado regional. Para alguns tipos de alimentos, o preço é estabelecido pelo Grupo Gestor Interministerial do Programa (CONAB, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome). O PAA ainda conta com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar – (CONSEAS), como mecanismo de controle social dos projetos, conferindo maior confiabilidade à sua fiscalização e execução.

Parte dos produtos adquiridos é destinada a populações em insegurança alimentar, através de instituições de amparo a essas pessoas. O restante tem como objetivo a formação de estoques estratégicos. Os recursos para a operacionalização do Programa são provenientes do MDS e MDA (sendo que os recursos deste último só foram disponibilizados a partir do ano de 2006).

Há outros objetivos do Programa, como a distribuição de renda, assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional. Além do apoio à produção para o autoconsumo do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo, citam-se os benefícios indiretos advindos da recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é

suficiente para elevar os preços agropecuários, aumentando a remuneração do produtor com a venda no mercado local (DELGADO et al., 2005).

Ainda segundo Delgado et al. (2005), outro aspecto positivo relacionado ao PAA vincula-se a contribuição do mesmo para a estruturação, organização e planejamento da oferta no segmento produtivo que ele alcança. Isso porque a compra dos alimentos não desobriga os vendedores do cumprimento das regras de classificação, acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos.

O programa tem operado atualmente através de 5 mecanismos de compra: doação simultânea, compra direta, formação de estoques, PAA leite e compra institucional. Cada agricultor tem direito a vender sua produção até um determinado limite por ano civil que está condicionado à forma de aquisição:

- R\$ 5.500,00 para doação simultânea (quando o acesso for individual);
- R\$ 6.500,00 para doação simultânea (quando o acesso for intermediado por meio de organização jurídica dos agricultores);
- R\$ 8.000,00 para compra direta;
- R\$ 8.000,00 para PAA leite; e
- R\$ 8.000,00 para apoio à formação de estoques (MDA, 2014)

A importância dessas quantias pode ser relativizada a nível nacional, regional e local. O impacto desses valores sobre a renda, desde que não haja problemas na execução, é razoável quando dividimos hipoteticamente esses valores ao ano. No caso da doação simultânea, seriam R\$ 458,33 mensais, na medida em que o salário mínimo instituído equivale a R\$ 724,00.

Para participar do Programa individualmente, os beneficiários fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF – (DAP), instrumento que qualifica a família como integrante da agricultura familiar. Já as organizações de agricultores, para participarem do PAA, devem deter a Declaração de Aptidão ao PRONAF – (DAP) Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA – (GPAA). No caso dos assentamentos a DAP é fornecida pelo INCRA.

Para operacionalização do Programa houve um desenvolvimento importante no que diz respeito à desburocratização. Entre os anos de 2003 e 2012, o PAA foi executado por estados, o Distrito Federal e municípios, por meio de convênios com o MDS. Para esta parceria com estados, municípios e consórcios públicos, com a Lei nº 12.512/2011,

regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, abriu-se a possibilidade de execução do PAA mediante a celebração de termo de adesão, dispensada a celebração de convênio. Esse novo instrumento proporciona a ampliação do Programa, tem menos burocracia, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que o recebe por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA (IPEA, 2014).

Além do PAA, os assentamentos e pequenos agricultores também podem acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que visa garantir, por lei, a compra de 30% da merenda escolar oriunda da produção da agricultura familiar. As entidades executoras (Prefeituras Municipais, Governo Estadual) deverão publicar as demandas de gêneros alimentícios para alimentação escolar por meio de chamada pública de compra que define os gêneros a serem entregues.

Apesar de serem importantes programas, ainda apresentam limites a serem superados, para que avancem na melhoria da qualidade de vida dos agricultores/as. O número de favorecidos pelo PAA ainda é muito pequeno, e o valor máximo de aquisições por agricultor familiar/ano é muito baixo. Além disso, os assentamentos, na grande maioria, possuem péssimas condições de infraestrutura que dificulta o escoamento da produção e a oferta regular dos produtos.

No que tange à merenda escolar, além dos limites estruturais apresentados pelos assentamentos, é preciso avançar para que se garantam os 30% que são previstos na normativa, pois o programa atinge um número reduzido de assentados. Há necessidade de mais estudo para compreender o programa, já que a alta burocratização dificulta muitas vezes o acesso.

Em Sergipe, especificamente, alguns agricultores recebem apoio do Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – (PAIS), uma iniciativa desenvolvida pelo SEBRAE, Fundação Banco do Brasil e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social na região.

Outro elemento importante para os camponeses que produzem parcial ou totalmente sem o uso de agrotóxicos no contexto da comercialização é a certificação dos seus produtos. Este elemento é muito importante no que diz respeito à otimização da produção agroecológica e à valorização qualitativa da sua produção diante os consumidores cada vez mais conscientes dos problemas relativos ao uso de agrotóxicos.

Segundo o artigo 20 da resolução CD/FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) n° 38, de 16 de julho de 2009, os produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais a serem priorizados, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Além disso, conforme o parágrafo único do artigo 2° da resolução n° 12, de 21 de maio de 2004, no caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admitem-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, devendo as aquisições desses produtos serem informadas em separado das convencionais para análise e avaliação do grupo gestor.

Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. O Brasil já ocupa posição de destaque na produção mundial de orgânicos.

Dois conceitos são fundamentais na produção orgânica: a relação de confiança entre produtor e consumidor e o controle de qualidade. O selo SisOrg é obtido por meio de uma certificação por auditoria ou por um sistema participativo de garantia. Os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores. Existem outros tipos de certificações nacionais e internacionais, algumas mais caras e outras cooperativadas, porém, o selo SisOrg é cooperativado e simples de acessar para aqueles que pretendem vender para a CONAB.

A Coordenação de Agroecologia – (COAGRE) da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – (SDC) é o setor do Ministério da Agricultura que responde pelas ações de desenvolvimento da agricultura orgânica. Tem como funções a promoção, o fomento, a elaboração de normas e a implementação de mecanismos de controle.

Em 2012, foram revertidos mais de R\$ 4 milhões no aumento da participação dos agricultores familiares nos programas de aquisição de alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE). Atualmente, 62 municípios dos 75 que compõem o estado de Sergipe integram o PNAE, o que representa 1.877 pequenos produtores (SEAGRI, 2013).

CAPÍTULO 2

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (SANTOS, 2006)

Karl Marx é o autor que cria e define o método histórico e dialético que relaciona o espaço (natureza) e o homem através do trabalho, contestando o sentido das discussões filosóficas anteriores.

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...]. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (Marx, 1998; p. 211).

As técnicas, com este olhar, definem o modo de se relacionar com a natureza e também a capacidade de modificá-la. Não são diferentes os métodos de investigação científica que buscam examinar a realidade. No caso desta pesquisa é perceptível que o olhar dialético e materialista compreende melhor a dinâmica e as leis que atualmente regem o mundo. Porém este método, apesar de ajudar na leitura das leis econômicas e sociais, precisa de complemento entre metodologias que permitam a absorção de dados da realidade estudada, entre entrevistas, intercâmbios e consultas definidas em etapas.

Ademais, a importância da multiplicidade de “olhares” e métodos reafirma a perspectiva da interdisciplinaridade, ou melhor, transdisciplinaridade. Na compreensão de Diegues (2001), se faz necessária a compreensão da distinção entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Segundo ele a primeira implica no encontro e cooperação de duas ou mais disciplinas, trazendo cada uma delas (no plano da teoria e da pesquisa científica) seus próprios esquemas conceituais, sua forma de definir os problemas e seus métodos de investigação. A segunda, pelo contrário, implica no contato e cooperação entre diversas disciplinas quando estas adotam um mesmo método de investigação, ou um mesmo paradigma.

Buscamos as bases metodológicas nas características participativas da metodologia de

camponês a camponês e a tradição e hábitos da ANAP na promoção agroecológica que estão baseadas em atividades onde se usam diferentes ferramentas, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Metodologias participativas

| | |
|--|---|
| Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) | O Diagnóstico Rápido Participativo é a atividade que permite revelar os problemas presentes na roça que afetam ou limitam a produção. Com esta atividade pretende-se revelar os problemas principais, descobrir as causas que o provocam e os recursos de que se dispõe ou que podem ser gerados para resolvê-los. O DRP é um princípio e uma atividade estratégica na metodologia, porque desperta o espírito crítico e construtivo da realidade, estimula a experimentação camponesa e – em última instância – acaba com as receitas e pacotes tecnológicos. |
| As visitas | As visitas onde são coletadas entrevistas e também percebe-se o ambiente. |

(Sosa et al., 2007).

3.1 Seleção e categorização dos indicadores do estudo

Para coletar as informações necessárias foram utilizados questionários para captar informações acerca da produção, aliados aos aspectos da comercialização subtraídos da produção quantificada de subsistência. Junto a isso, entrevistas livres foram gravadas para observação e extração de informações “espontâneas.”

Os questionários (ver anexo) foram aplicados nos três assentamentos, somando-se trinta no total. Os critérios para seleção foram:

- Se a família reside no assentamento, mesmo irregular perante o INCRA;
- Se participaram ou participam de experiências de comercialização; e
- Se se dispõem a participar de reuniões dos DRPs.

Nessa etapa da pesquisa, foram observados quais os indicadores viáveis para a condução desta pesquisa. Nesse caso é preciso destacar indicadores que revelem múltiplos aspectos do processo de comercialização. Como se pode observar no questionário de campo, nos anexos.

Os aspectos que melhor interferem e servem como indicadores são se os entrevistados:

- a) Compreendem a diversidade produtiva em questão;
- b) Aliam comercialização e segurança alimentar;
- c) Destacam os níveis e diferenças entre as variadas formas de comercialização;

- d) Compreendem o sujeito coletivo no processo;
- e) Compreendem a diversidade de atores envolvidos nesse processo, junto aos dispositivos formais e legais que os acompanham;
- f) Tratam dos aspectos convergentes, ou não, com a sustentabilidade e agroecologia.

3.2 Levantamento e sistematização dos dados

Os procedimentos gerais para coleta de informações foram: a pesquisa bibliográfica e documental; observação, registros fotográficos, gravações durante as visitas nos lotes; pesquisa de dados secundários disponíveis nos órgãos oficiais.

Quanto à pesquisa de dados foi realizado em portais na *Internet*, boletins, livros, revistas e estabelecimentos físicos. Dados demográficos, socioeconômicos e agrícolas foram encontrados nas pesquisas e censos disponibilizados pelo IBGE – (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); dados sobre a produção agrícola, documentos e leis que regem os programas direcionados ao campo foram encontrados no MAPA, MDS, MDA e CONAB; um número reduzido de dados e índices estaduais foi encontrado no portal do Governo do Estado de Sergipe e SEAGRI devido à elevada desatualização; na Prefeitura Municipal de Poço Redondo não foram encontrados dados tabulados, embora informações foram dispensadas.

Em campo, foram abordados uma média de 30 agricultores por assentamento, ou famílias, por reuniões coletivas e DRPs. No total foram realizadas uma reunião de apresentação e convocatória e um DRP por assentamento, concluindo três reuniões e três DRPs. Nas abordagens individualizadas, dez assentados por assentamento foram entrevistados.

A feira do município de Poço Redondo foi visitada para observação e coleta de dados acerca dos produtos oferecidos, origem e preço.

3.3 Etapas metodológicas

As etapas metodológicas estão dispostas em uma sequência lógica que, ao mesmo tempo, divide o trabalho em momentos diferentes, exigindo ferramentas próprias, como também, no final, esboça um mosaico, fazendo as etapas interagirem entre si de forma complementar. As etapas foram ordenadas da seguinte maneira:

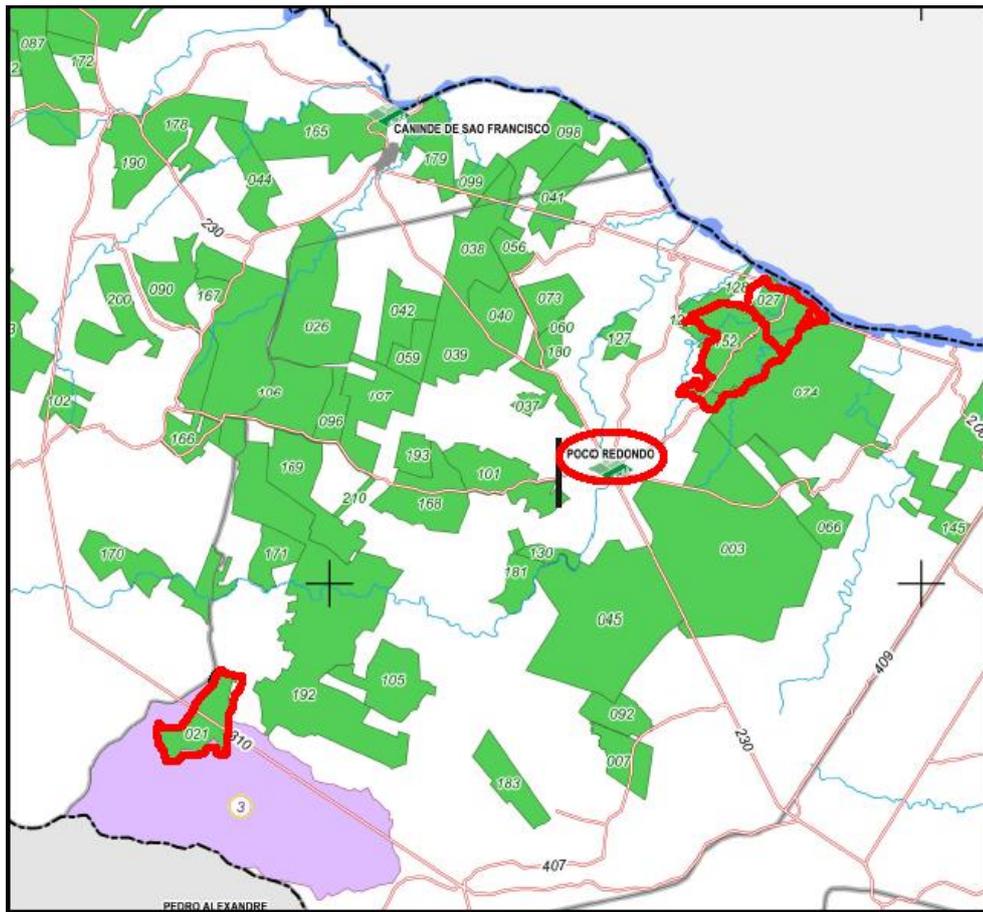
- Identificação e estudo de confluências existentes em pesquisas com metodologias de utilização e geração de indicadores socioeconômicos, agrícola-espacial e de produção;
- Construção de referencial teórico específico para justificar a seleção das variáveis e informações a serem consideradas na pesquisa em seu contexto agrário;
- Tabulação de dados estatísticos coletados;
- Realização de levantamento e pesquisa de campo para coleta de dados e delineamento de conclusões e proposições a respeito da atuação dos diversos agentes, paralelamente à análise dos dados e a manipulação e organização das informações;
- Elaboração de tabelas e gráficos comparativos;
- Análise à luz da fundamentação teórica e metodologia aplicada;

3.4 Configurações sócio territoriais dos assentamentos de reforma agrária no município de Poço Redondo

A configuração sócio territorial do Alto Sertão sergipano é a base de investigação da pesquisa. O território usado deve ser caracterizado em suas dimensões estruturais, conjunturais e superestruturais, assim como os mecanismos de interação entre estas dimensões. Com isso, a história do território confrontada com a realidade gera uma discussão concreta sobre as possibilidades de melhor resolver suas problemáticas.

O município de Poço Redondo (Figura 4) foi colonizado a partir das margens do Rio São Francisco, entre os séculos XVII e VXIII quando ainda era vinculado ao morgado de Porto da Folha. Na época, o povoado Currealinho, que surgiu em 1877, era o território mais habitado e transitado pelos mercadores fluviais. Logo depois, às margens do riacho Jacaré, foi constituído o povoado de Poço Redondo que em 1956 foi elevado à sede do município (COSTA, 2010).

Figura 5 - Recorte da Figura 4, evidenciando os assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra em Poço Redondo-SE



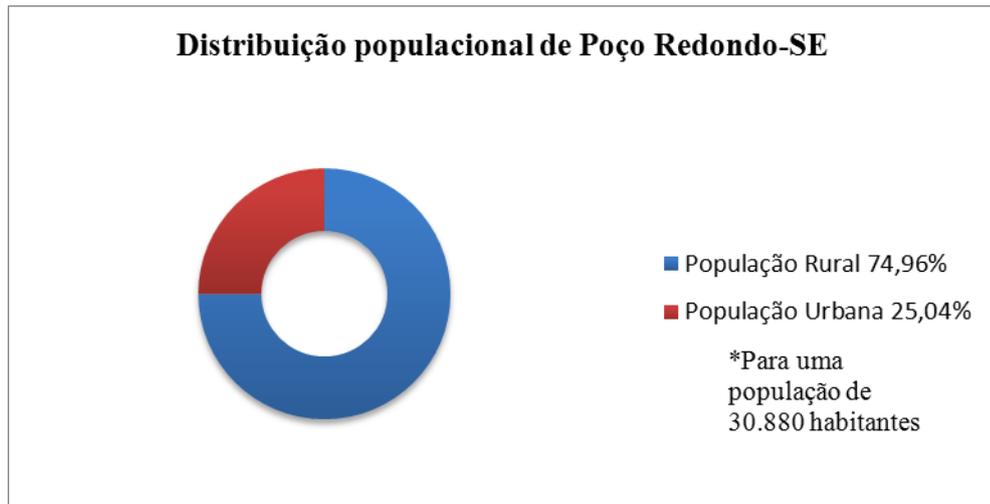
- ✓ 027-Curralinho
- ✓ 152-Dom José Brandão de Castro
- ✓ 021- Flor da Serra
- ✓ Escala: 1:300.000

Fonte: INCRA, 2013.

De acordo com os Dados do IBGE (2010) o Município tem uma população de 30.880 habitantes, com estimativas de 32.949 para 2013. A sua área é de 1.232,123 Km², configurando o maior município do Alto Sertão e a maior população rural do estado, com

22.341 habitantes, 74,96% (IBGE, 2007). O baixo desenvolvimento é uma marca do município que tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano do estado, com 0,529; além disso é o município com a maior população rural proporcional (74,96%).

Figura 6 - Distribuição da população de Poço Redondo por domicílio em 2006



Fonte: IBGE, 2006

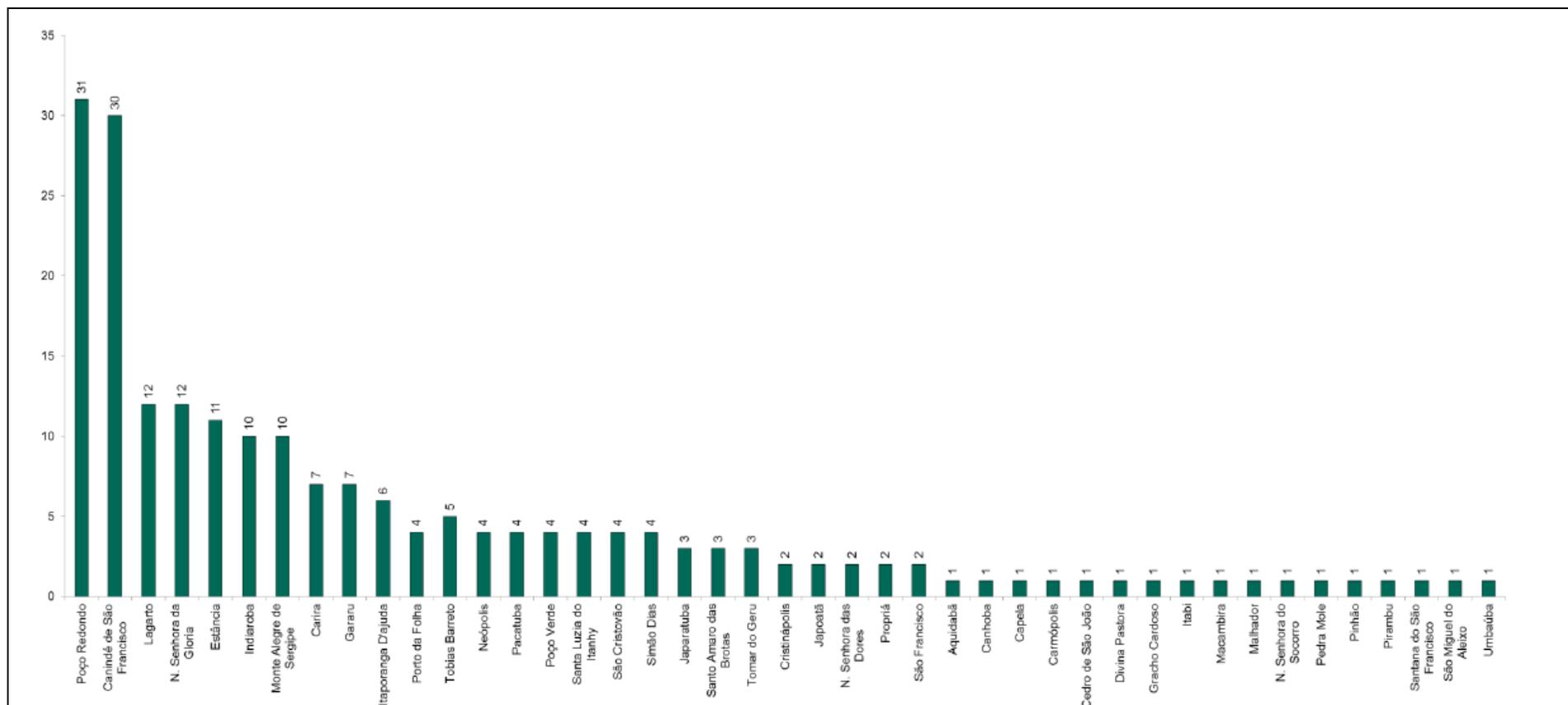
O município de Poço Redondo configura-se então, num território de características complexas e ambientadas num contexto espacial “sertanejo” de enorme importância para as perspectivas da reprodução camponesa. Além dessa característica rural, um componente humano torna este município ainda mais desafiador para a história daquela região, são as lutas pela terra naquela região.

Os assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra estão localizados no município de Poço Redondo-SE. Estão dispostos em sentido leste-oeste, estando Curralinho, na margem do Rio São Francisco (a 14 Km da sede da cidade), Dom José Brandão de Castro, a 8 Km da sede e Flor da Serra ao lado da Reserva da Serra da Guia que limita-se com o estado da Bahia, a cerca de 35 Km.

No município temos a maior concentração de assentamentos rurais do estado, (articulados pelo MST), duas comunidades quilombolas e a incidência de outras organizações sociais e ONGs. Existem hoje 31 assentamentos rurais estabelecidos em Poço Redondo, sendo assim a maior concentração estadual. Em Sergipe constata-se 208 assentamentos rurais (Figura 7), ou seja, no município de Poço Redondo, encontramos 14,90% dos assentamentos rurais do estado; 2.138 famílias assentadas que corresponde a 22,62% das famílias assentadas

no estado de Sergipe (9.448 famílias) (Figura 8). Com essa distribuição de terras, o município de Poço Redondo soma 42.850 hectares que corresponde a 24,34% da área total desapropriada no estado, 176.009 hectares (Figura 9) (DATALUTA, 2011).

Figura 7- Número de assentamentos rurais no Estado de Sergipe, 2011

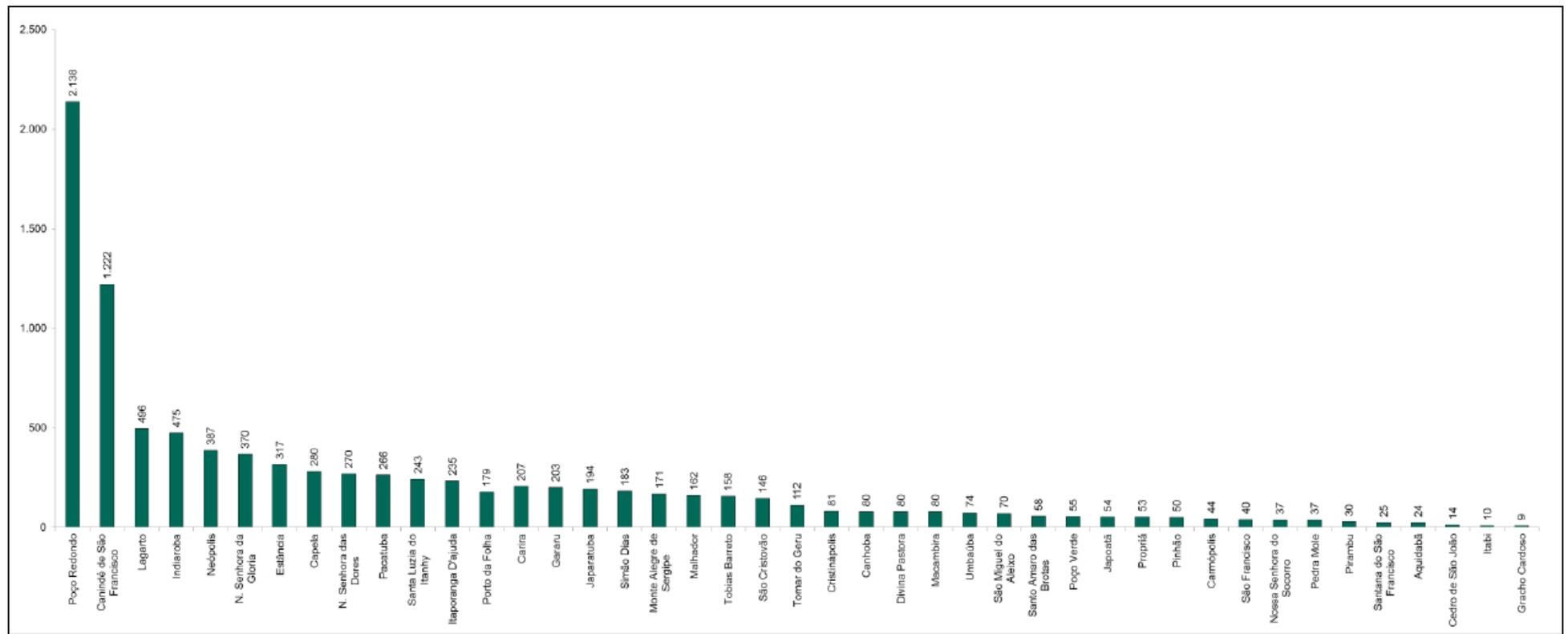


Fonte: DATALUTA Sergipe – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011. Laberur/NERA, 2013. <www.laberur.ufs.br>

Esta distribuição numérica dos assentamentos rurais no território do Alto Sertão sergipano, com maior ênfase aos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, revela a disposição dos trabalhadores daquela região em lutar pela terra ante as imensas dificuldades estruturais concentradas historicamente naquela região. A precarização das condições de vida agravadas pelo não acesso à terra, o trabalho precário e exclusão a direitos básicos justapostas à inserção política organizada destes agricultores através, principalmente, do MST explica este fenômeno territorial. A maioria dos assentamentos foi criada na década de 90 e início dos anos 2000, um período de extrema desvalorização do salário mínimo e mais dificuldades no acesso a direitos sociais. Alguns assentados relatam que trabalhavam nas fazendas por alimento ou, no máximo, por uma remuneração diária de R\$ 5,00. Como é caso do Entrevistado 1: “Eu cheguei pra acampar aqui na Fazenda São Francisco não tinha nada, era sozinho no mundo. Todo mundo lembra de mim, cheguei sozinho com uma bicicleta e uma espingarda. Hoje graças a deus e ao MST é que tenho minha terra. E até hoje está pendurada a bicicleta e a espingarda que trouxe.” (Informação verbal)⁵

⁵ Agricultor do PA Dom José Brandão de Castro

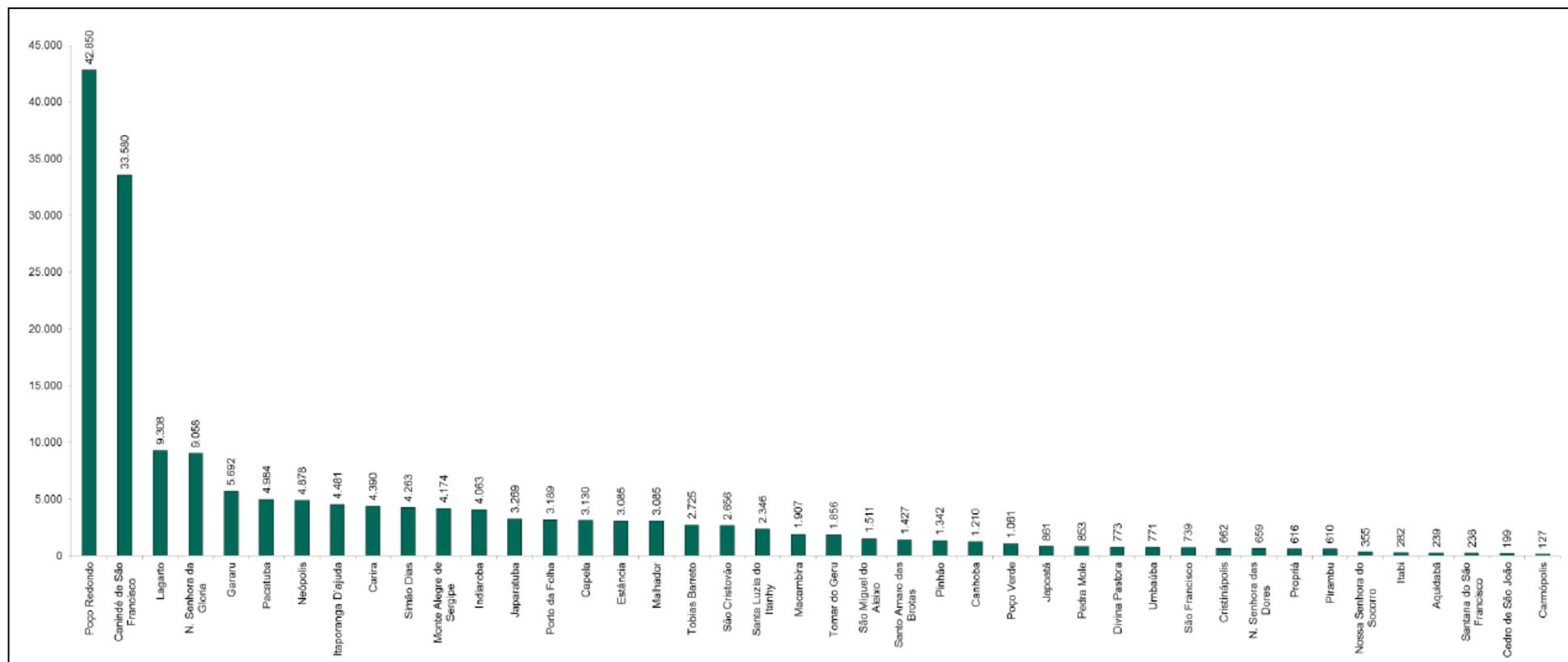
Figura 8 - Número de famílias assentadas no Estado de Sergipe, 2011



Fonte: DATALUTA Sergipe – Banco de dados da Luta Pela Terra, 2011. Laborur/NERA, 2013. <www.laberur.ufs.br>

Com relação ao número de famílias assentadas, vemos um dado que não pode ser entendido isoladamente. É evidente que Poço Redondo tem um número maior de famílias assentadas que os demais municípios, como Canindé na segunda colocação com 1.222 famílias e Lagarto que está em terceiro lugar abrigando 496 famílias. Esses números precisam ser confrontados com outros coeficientes, como área desapropriada, qualidade e valor da terra.

Figura 9- Área total dos assentamentos no Estado de Sergipe, 2011



Fonte: DATALUTA Sergipe – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011. Laberur/NERA, 2013. www.laberur.ufs.br

Ao estabelecermos uma comparação entre os dados das figuras 4 (número de assentamentos), 5 (número de famílias) e 6 (áreas dos assentamentos), podemos extrair uma taxa que envolve a relação: hectares por família. Através dessa proposta, podemos comparar os três primeiros municípios: Poço Redondo, com uma taxa de 20,04 hectares/família; Canindé do São Francisco, com 27,47 hectares/família e Lagarto, com 18,76 hectares/família. Com isso, podemos perceber que a Reforma Agrária em Poço Redondo aconteceu com menor qualidade que em Canindé, visto que a qualidade e preço das terras são semelhantes. O município de Lagarto, com uma taxa de 18,76 hectares/família, apesar de apresentar uma taxa menor que Poço Redondo não pode ser caracterizado como de inferior qualidade, pois as terras daquela região são inteiramente agricultáveis e os solos são extremamente férteis. Com isso, o preço da terra também é mais elevado.

O município de Poço Redondo, que apresenta 31 assentamentos rurais e duas comunidades quilombolas, poderia gerar, através de uma leitura pouco cuidadosa, um questionamento nos termos: Ocorreu a maior distribuição de terras naquele município; seu IDH é o menor do estado; seria a Reforma Agrária uma política falida?

O IDH, sabemos, compreende variáveis que dizem respeito à longevidade, educação (alfabetização) e renda. O que de certa forma explica o “fracasso” do município. A taxa de analfabetismo é de 46,9% (a menor do Alto Sertão), a mortalidade infantil é de 24,5% e o índice de pobreza é de 55,52. (IBGE, 2010)

Estas estatísticas explicam parte do dilema, pois o IDH somente compreende a realidade através dessas variáveis. A renda do município de Poço Redondo é bastante baixa, onde mais de metade da população vive com $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Porém, em se tratando de um território camponês há de se considerar que a renda deve ser compreendida diferentemente, funcionalmente, das inseridas num espectro urbano. O motivo é a capacidade de o camponês ligar-se a mecanismos de trocas não financeirizadas para obtenção de parte dos utensílios que necessita e também retirar do seu lote parte do alimento que precisa. Outro agravante é a distribuição espacial do município que tem uma área grande com povoados dispersos. Junto a isso, os indicadores já precários de escolarização e saúde. Com isso temos apenas 8% das habitações com esgotamento sanitário (SIAB, 2007).

Porém devemos nos afastar das teses que associam este cenário precário e subdesenvolvido à presença dos camponeses. Essas ideias poderiam ser justificadas

hipoteticamente através de um questionamento simples: Antes da consolidação dos assentamentos os índices socioeconômicos eram melhores do que os presentes? Não é o caso, quando constatamos que a presença do latifúndio improdutivo oferecia trabalhos extremamente precários e temporais para as populações que ali habitavam, ou promovia a expulsão direta e indireta dos camponeses e demais trabalhadores para as capitais em busca de emprego. O IDH de Poço Redondo em 1990 ocupava a 5220ª posição no ranking dos municípios brasileiros que abrange 5565 municípios, o índice era de 0,228.

Ainda hoje, mesmo com os programas de erradicação de casas de taipa, existem moradias desse tipo. Principalmente nos lotes onde os camponeses trabalham e muitas vezes, ali mesmo moram como nos retrata a Figura 10.

Figura 10 - Casa de taipa no lote produtivo do Assentamento Dom José Brandão de Castro - Poço Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

Como consequência dos dados anteriores, temos 3.727 famílias contempladas com o programa Bolsa Família em Poço Redondo, configurando a maior participação no programa entre os municípios do Alto Sertão que somam 17.091 famílias (CEF, 2009).

Com apenas 16 indústrias instaladas, temos então a atividade agrícola concentrada principalmente através da produção de leite e derivados, ovionocaprinocultura e avicultura, além da produção de milho, feijão e mandioca.

Tabela 2 - Produção de animais no município de Poço Redondo-SE

| Município de Poço Redondo | Unidades |
|---------------------------|---------------|
| Aves | 24.820 |
| Caprinos | 1.890 |
| Ovinos | 8.230 |
| Suínos | 2.600 |
| Bovinos | 41.830 |
| TOTAL | 79.370 |

Fonte: Censo agropecuário. IBGE, 2012

O predomínio do rebanho bovino sobre os demais indica a perpetuação da lógica extensiva de criação. Essa forma foi historicamente consolidada quando o litoral brasileiro ocupou-se exclusivamente da atividade canavieira, reservando aos interiores a criação extensiva de gado. Os latifúndios formaram-se com esse gado de baixa qualidade, porém adaptado e próximo a riachos e rios; assim também se formaram os vaqueiros que conduziam o rebanho por grandes extensões de caatinga. Em outras regiões semiáridas ou áridas do mundo, vemos uma preferência aos animais de pequeno porte.

Os camponeses hoje consolidados no sertão sergipano incorporaram esta criação de grande porte com adaptações para pequenas áreas. Enquanto estratégia de produção, pode-se constatar um ciclo energético extenso no ciclo da bovinocultura de leite. Durante três meses de chuva, em anos normais, há pasto suficiente para o rebanho, mas também nesse período é quando o agricultor semeia grãos, enquanto fontes energéticas para armazenamento em silos,

essas fontes (volumosas) geralmente são o milho e o sorgo (com menor incidência). Junto ao volumoso, no sertão, é comum o uso da palma na alimentação, enquanto fonte de água, vitaminas e energia; e fonte proteica (soja, caroço de algodão etc.) adquirida no mercado.

Os animais de pequeno porte ocupam uma parcela menor na produção, na maioria das vezes de maneira residual e/ou para o autoconsumo. Embora em períodos longos de estiagem e em anos atípicos, como foram 2011, 2012 e 2013, muitos camponeses passam a valorizar os pequenos animais na medida em que o gado é desvalorizado e os pequenos animais mantêm o preço e um custo menor de produção. Diante da seca que perdurou entre os anos de 2011, 2012 e 2013, o município sofreu uma queda relevante na produção agrícola.

Tabela 3 - Principais cultivos agrícolas no município de Poço Redondo (2007/2012)

| MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO | Nº DE UNIDADES FAMILIARES | QUANTIDADE - 2007 (TONELADAS) | VALOR DA PRODUÇÃO - 2007 (R\$) | QUANTIDADE - 2012 (TONELADAS) | VALOR DA PRODUÇÃO 2012 (R\$) |
|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| FEIJÃO | 1.572 | 890 | 631.000 | 185 | 350.000 |
| FEIJAO DE CORDA | 858 | 600 | 422.000 | ---- | ---- |
| MANDIOCA | 35 | 811 | 207.000 | 966 | 673.000 |
| MILHO | 2.457 | 3.330 | 972.000 | 200 | 120.000 |
| TOTAL | 4.922 | 5.631 | 2.232.000 | 1.351 | 1.143.000 |

Fonte: Censo agropecuário, IBGE, 2007.

A perda agrícola foi bastante significativa no sertão sergipano. O impacto na produção de milho entre 2007 e 2012 foi de 3.130 toneladas, ou seja, uma perda de 94%. A produção de feijão sofreu uma perda de 705 toneladas que significa 80% do total. A mandioca não sofreu impacto, porque é cultivada em áreas irrigadas.

Percebido o impacto daquela seca, o município de Poço Redondo decretou situação de emergência, solicitando ajuda ao Governo Federal que enviou tropas do exército para trabalhar no fornecimento de água, contratou caminhões para abastecimento por via de contratos e disponibilizou um crédito de até R\$ 12.000, bonificado em 40% no pagamento via BNB para recomposição de barragens, suporte forrageiro e reforma de cercas. A CONAB ofertou sacos de milho para ração com desconto subsidiado no valor de R\$ 19,00 (o valor no mercado oscila entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00). “Com essa seca que passamos a única coisa que

deu pra fazer foi plantar palma, não se engane. Não dá para investir em nada. Muitas vezes até mesmo a palma nova foi perdida.” (Manoel Cecílio/Zé Canén – Coordenador do PA Dom José Brandão de Castro, 2013; informação verbal)

3.4.1- Projeto de Assentamento (PA) Curralinho

O assentamento Curralinho está inserido num povoado de mesmo nome, ou seja, a sua agrovila é misturada às casas antigas do povoado. O P.A. dista 25 km da sede do município, localizado próximo a vários centros consumidores, dentre os quais podemos citar: Canindé do São Francisco, 23 km; Nossa Senhora da Glória, 80 km; Porto da Folha, 86 km; Paulo Afonso (BA), 90 km; e Delmiro Gouveia (AL).

Vale ressaltar que o município de Poço Redondo conta hoje com 31 assentamentos de reforma agrária, numa área de aproximadamente 42 mil hectares para 2.138 famílias. Dentre os assentamentos, podemos destacar Barra da Onça (211 famílias); Flor da Serra (41 famílias); Jacaré Curituba I- Sequeiro (35 famílias); Jacaré Curituba II- Irrigado (577 famílias); São José de Nazaré (28 famílias); Lagoa da Areia (160 famílias) e Queimada Grande (150 famílias). Na Tabela 04, apresentamos as informações cadastrais do assentamento Curralinho, disponibilizadas pelo INCRA.

Tabela 4 - Informações cadastrais do PA Curralinho

| | |
|---|--------------------|
| Denominação do imóvel | Curralinho |
| Denominação do assentamento | Curralinho |
| Resolução/Portaria | 030/96 |
| DOU | 31/12/1996 |
| Data da imissão na posse | 05/12/1996 |
| Data da criação do PA | 27/12/1996 |
| Processo de criação | 21670.000649/96-97 |
| Distância da sede municipal | 25 Km |
| Área | 1229,5425 ha |
| Área requerida na lei de reserva legal | 209,5835 ha |
| Área efetiva de reserva legal | 366,6848 ha |
| Área de preservação permanente | 181,6248 ha |
| Estrada | 21,0450 ha |
| Núcleo urbano | 14,1944 ha |
| Fração mínima de parcelamento | 4 ha |
| Zona pecuária | 04 |
| Módulos fiscais do município | 70 ha |

Fonte: PDA-INCRA. .(2013)

A importância histórica faz com que o território curralinhense seja distinto. Ali nasceu Poço Redondo. Em Curralinho são realizadas as festas do padroeiro Santo Antônio, Carnaval e diversas festas e encontros familiares nos finais de semana quando “descem” para o banho de rio.

O povoado Curralinho participa da história de Sergipe desde o século XVII, quando a navegação pelo Rio São Francisco era o principal meio de deslocamento de mercadorias entre o litoral e o interior. As cidades mais destacadas dessa época foram Penedo-AL, Propriá-SE e Piranhas-AL.

O local também é visitado e venerado localmente pelo seu apelo religioso, pois ali Antônio Conselheiro, de passagem, incentivou a construção de uma igreja no local (Figura

11), de acordo com a tradição local, 1874 foi o ano de sua construção.

Figura 11 - Imagem da igreja no povoado Curralinho - Poço Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

O assentamento não poderia esconder essas marcas. Diferentemente de outros assentamentos formados por trabalhadores sem terra, oriundos de diversas regiões, ex-vaqueiros e peões. Curralinho tem em sua gênese tradições ribeirinhas (Figura 12) e familiares e por esta razão, a maioria dos seus moradores é/era de pescadores. Atualmente, devido à degradação do rio existem muitos homens que ainda pescam, porém mantêm outras atividades remuneradas para ampliar sua renda, tais como trabalho em bares que margeiam o rio, pecuária e serviços de pedreiro.

Figura 12 - Embarcações e pastoreio de ovelhas nas margens do Rio São Francisco em Curralinho - Poço Redondo-SE, 2013



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

O “modo pescador” traz para seu povo um traço diferente, algo parecido com a “preguiça” atribuída aos indígenas pelo senso comum e intelectuais conservadores. O ritmo de um pescador contemporâneo curralinhense não se dissocia da trajetória ligada às décadas passadas. É impossível tratar aquele território e assentamento ignorando esta condição que não é apenas econômica.

Maldonado (1993) e Marques (1995) estudando pescadores paraibanos e alagoanos, respectivamente, observam que é possível tratar-se de territórios pesqueiros. São espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em seu fazer pesqueiro. Cardoso, em sua tese, reflete:

Como uma forma de organização social e econômica, a atividade pesqueira apresenta uma temporalidade muito antiga. Apesar de estar desvinculada dos esquemas clássicos de periodização da civilização humana, a atividade pesqueira permeou toda a trajetória da humanidade até os dias de hoje. BRETON e ESTRADA (1989) atentam para o fato de que as sociedades pesqueiras, assumem importância histórica, na medida em que a pesca e a navegação – indissociáveis quando se trata de pesca marítima, exerceram papéis centrais nos processos de acumulação de capital, na consolidação do capitalismo mercantil nos séculos XV e

XVI e na formação de centros urbanos importantes no Mar do Norte e no Canal da Mancha. (CARDOSO, 2001, p. 23).

Há uma simbiose perceptível entre os curralinhenses e o Rio São Francisco. As festas que ali ocorrerem contavam com a “mística” das embarcações através das competições de barco a vela; a culinária cotidiana é fortemente marcada pelos pescados encontrados (Piau, Pirambeba, Piranha, Carí, Tucunaré, Tilápia, Camarão etc.) e a comercialização estabelecida, ainda que não seja exclusivamente fluvial, mantém uma dinâmica própria principalmente com a cidade de Pão de Açúcar-AL.

DRP⁶ – Diagnóstico rápido participativo no PA Curralinho

Para realização do DRP iniciamos as atividades com a apresentação das pessoas presentes. Utilizamos uma dinâmica grupal para interação, onde cada um(a) se apresenta, fala um nome ou símbolo de grande importância para a região (rio, palma, pássaros, gado etc.) e perspectivas atuais e futuras. Em seguida, realizamos uma roda para conhecer o processo histórico específico do assentamento, que foi particular pela localização e processo: Na margem do Rio São Francisco (Agrovila), é parte de uma comunidade ribeirinha histórica de grande simbologia religiosa (Antigo Curralinho), não passou pelo processo de acampamento e é formada principalmente por ribeirinhos (pescadores e agricultores(as)). Os lotes confrontam a oeste com o assentamento D. José Brandão de Castro e inclusive alguns moradores residem durante a semana em seus lotes produtivos.

Com a matriz didática FOFA⁷ (fortaleza, interna; oportunidades, externas; fraquezas, internas; e ameaças, externas) detectamos alguns elementos dispersos que afetaram positiva ou negativamente a história do assentamento:

- **As forças coletivas** estão ligadas ao Rio, à chuva e seu armazenamento e à produção de palma, principalmente.

⁶ A metodologia DRP consiste em um conjunto de técnicas e ferramentas que permite as comunidades explicarem a situação em que vivem a partir de sua visão. É sua forma de explicar a realidade. O objetivo do DRP é a obtenção de informação primária através da consulta a atores representativos da comunidade, chegando-se a uma explicação situacional coerente sobre os principais problemas existentes na comunidade e o que se pretende resolver, tais como seus recursos naturais, sua situação social, econômica e tudo o que for considerado relevante por ela.

⁷ A Matriz denominada FOFA é uma ferramenta metodológica lúdica de coleta de informações e reflexão para trabalho em grupo.

- **As fraquezas são:** o acesso à água nos lotes, ao maquinário agrícola, à baixa coletividade e associativismo e à deficiência com o tipo de assistência técnica descontínua que tiveram ao longo do tempo.
- **As oportunidades** estão ligadas ao rio, ao lazer (bares), ao cultivo da palma de maneira mais planejada e à diversificação das atividades. Alguns projetos foram produtos da parceria com o governo do estado e a Pronese, como a aquisição de 63 ovelhas para 9 mulheres associadas e a construção de um aprisco que está sendo concluído. Uma casa de corte e costura também está em andamento. São projetos financiados a fundo perdido.
- **As ameaças** estão relacionadas aos efeitos climáticos acentuados por esta última seca e à falta de peixes no rio. Outra questão foi a da pecuária que demanda excessivos cuidados alimentares e hídricos.

O DRP em Curralinho contou com a participação de 19 famílias, das 50 que residem no PA. O grau de organicidade e coesão é baixo entre eles, a maioria aponta na morte da antiga liderança do Referente 1 – representante local – o motivo para tal desorganização. Mas as divergências, inclusive políticas, entre os grupos, existem desde o início do assentamento que pode ser explicada devido ao método de assentamento. No PA não houve acampamento, ou seja, as famílias não se uniram e desenvolveram um método para lutar pela terra; o que houve foi negociação política e para preenchimento do cadastro. Mas mesmo assim o assentamento atrai muitas atenções pela importância já descrita.

O DRP aponta que a presença do Rio São Francisco revela uma dinâmica própria no assentamento. Uma dinâmica de convívio que não diz respeito somente ao pescador, mas também por ser um território composto por um elemento que ao longo de milhares de anos atraiu populações para sua margem tornando a sobrevivência mais fácil. Através do Rio se deslocam para a feira e festas de Pão de Açúcar-AL; cavalos são levados para o banho; as mulheres, mesmo com água encanada, ainda frequentam as margens para lavar roupas; as crianças logo cedo aprendem a nadar e, embora não se tornem pescadores, aprendem a arte da pesca.

Através do DRP constata-se que o impacto do assoreamento do Rio e a consequente falta de peixes são os principais motivos que fazem com que para o homem pescador da região migre para a agricultura. A prática agrícola, porém, não revela facilidades pelo fato de o assentamento ser margeador do rio, porque os lotes se interiorizam de maneira que só é

possível abastecer-se de água com carroças e caminhões. O custo de uma carga de água está em torno de R\$ 80,00.

3.4.2 – Projeto de Assentamento (PA) Dom José Brandão de Castro

O assentamento Dom José Brandão de Castro localiza-se a uma distancia de 6 Km da sede do município de Poço Redondo. Este assentamento ocupa um território onde uma antiga fazenda da região existia a Fazenda Várzea do São Francisco. Esta fazenda tinha como foco econômico a criação extensiva de gado para o leite.

Na Tabela 05, apresentamos as informações cadastrais do assentamento Dom José Brandão de Castro, disponibilizadas pelo INCRA.

Tabela 5 - Informações cadastrais do PA Dom José Brandão de Castro

| | |
|--|---------------------------------|
| Denominação do imóvel | Fazenda Várzea do São Francisco |
| Denominação do assentamento | Dom José Brandão de Castro |
| Resolução/Portaria | 013/05 |
| DOU | 18 de maio de 2005 |
| Data da imissão na posse | 23 de dezembro de 2006 |
| Data da criação do PA | 10 de maio de 2005 |
| Distância da sede municipal | 6 km |
| Área registrada | 363,0000 ha |
| Área medida | 909.1893 ha |
| Nº de módulos fiscais da área medida | 4,21 |
| Área averbada na lei de reserva legal | 166.0800 ha |
| Área efetiva de reserva legal | 231.6564 ha |
| Área requerida na lei de preservação permanente | 58.91556 ha |
| Área imprópria para agropecuária | 28, 1808 ha |
| Área efetiva de preservação permanente (preservada) | 58.9156 ha |
| Área média das parcelas individuais (parcelamento já executado) | 14.62 ha |
| Fração mínima de parcelamento | 04 ha |
| Zona pecuária | 04 |
| Módulos fiscais do município | 70 ha |

Fonte: PDA-INCRA. .(2013)

Diferentemente de outras ocupações de terra neste caso não houve confronto direto entre o fazendeiro e os sem-terra. A fazenda foi desapropriada sem que houvesse danos aos ocupantes.

Em 12 de outubro 2001, firmou-se o acampamento Dom José Brandão de Castro com 31 famílias originárias do povoado Curralinho e da sede do município de Poço Redondo. As famílias ficaram fora da fazenda à margem da estrada, formando o acampamento, enquanto o dono negociava a desapropriação com o INCRA.

Não havendo nenhum despejo, no entanto, a emissão de posse saiu pacificamente, porém, com muitas reuniões para negociações. Depois de quase 5 anos no dia 23 (vinte e três) de dezembro de 2006 saiu a emissão de posse, assentando 41 famílias na área.

Como ocorre em todos os casos, o INCRA executou um cronograma de divisão de lotes por sorteio que identificou 41 lotes e delimitou a reserva legal. As famílias do assentamento, na sua maioria, são compostas por antigos vaqueiros.

As famílias assentadas no P. A. Dom José Brandão de Castro são provenientes do município de Poço Redondo 100%, sendo 58,5% da zona urbana, 22% provenientes da zona rural do povoado Currálinho e 22% não foram entrevistados.

O assentamento mantém uma organicidade e identidade muito forte com o MST. O coordenador, aqui identificado como Referente 2, atua enquanto dirigente municipal com muito rigor nas assembleias das associações que ocorrem uma vez por mês. Além disso, o assentamento sempre se reúne para festas, bingos e comemorações; já faz parte do calendário de Poço Redondo a festa do Dia das Mães e do Dia das Crianças que ocorre em D. José Brandão, retratados na figura 13.

Figura 13 - Brincadeira “quebra pote” no Dia das Crianças no PA Dom José Brandão de Castro - Poco Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

Os camponeses em Dom José Brandão de Castro são marcadamente polivalentes, trabalham duramente em seus lotes e frequentemente vendem sua força de trabalho na cidade, os chamados “bicos”.

No assentamento predominam tratos culturais e tecnologias tradicionais. O uso dos tratores é frequente para aração do solo, porém são poucas unidades para atender o município e assim, os agricultores perdem um tempo precioso para os primeiros dias de germinação do milho e feijão até o início das chuvas. Além disso, a hora paga por um trator é impactante na renda das famílias. Diante disso, alguns camponeses usam o arado tradicional com tração animal. Esta tradição traz uma grande vantagem no aproveitamento das chuvas e

implementação da lavoura. A Figura 14 ilustra o momento de aração pelos assentados em sistema de parceria e a Figura 15 um olhar panorâmico da agrovila do assentamento.

Figura 14 - Preparo do solo com arado de tração animal no Assentamento Dom José Brandão de Castro - Poço Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

Figura 15 - Panorama do Assentamento Dom José Brandão de Castro: O Humano Território – Poco Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

DRP no PA Dom José Brandão de Castro

Com a matriz didática FOFA (fortaleza, interna; oportunidades, externas; fraquezas, internas; e ameaças, externas) detectamos alguns elementos dispersos que afetaram positiva ou negativamente a história do assentamento:

- **As forças coletivas** estiveram ligadas ao alto grau de organicidade da comunidade, à união, à associação, à chuva e seu armazenamento e à produção de palma, principalmente.
- **As fraquezas são:** o acesso à água nos lotes, o maquinário agrícola (forrageira, trator etc.), os investimentos, a estrada de acesso aos lotes que dificulta a produção e o escoamento; a distância para escola e para o posto de saúde, a ausência de igreja, a praça para lazer e a deficiência com o tipo de assistência técnica descontínua que tiveram ao longo do tempo.
- **As oportunidades** estiveram ligadas ao cultivo da palma de maneira mais planejada, à chegada do rendimento que estava para ocorrer com vistas ao aumento das casas com um compartimento para guardar ferramentas, legumes etc.; diversificação das atividades como o Apoio Mulher que foi ressaltado para dinamizar a economia e autonomia das mulheres.
- **As ameaças** estiveram relacionadas, principalmente, aos efeitos climáticos acentuados por essa última seca. A questão central versou entorno da pecuária que demanda excessivos cuidados alimentares e hídricos. Também se queixaram da burocracia dos órgãos que têm contato.

O assentamento adquiriu, através da sua organização, um projeto relevante no tocante à produção. Eles receberam da PRONESE um projeto coletivo de criação de galinhas caipiras a fundo perdido.

O DRP (Figura 16) nos revela uma coesão e grau de organicidade elevado no assentamento, onde cerca de 25 famílias participaram. Destaca-se a participação de mulheres e crianças. Os aspectos climáticos são elencados de modo que confirma o desafio característico da região no convívio com as secas.

Esta relação harmoniosa entre os camponeses pode ser percebida através da inserção de reivindicações que dizem respeito à conformação da harmonia do território. As crianças falaram que gostariam de uma quadra e os senhores estão reivindicando uma igreja, além de

que já existe uma prática de embelezamento no assentamento com plantas decorativas e ornamentais. A relação e o comportamento unitário também se materializam nas relações políticas, demonstrando uma grande expectativa nos projetos governamentais, como no caso do projeto de criação de galinhas em parceria com a PRONESE.

Figura 16 - Realização do DRP no assentamento Dom José Brandão de Castro - Poco Redondo. 2013



Fonte: Maria Erika da Silva, 2013.

3.4.3- O projeto de assentamento (PA) Flor da Serra

A história da luta pela terra neste território foi iniciada em 1985 por um grupo de 60 famílias de trabalhadores que com ajuda da igreja ocuparam a fazenda São Clemente. Os assentados que ainda hoje moram no assentamento relatam que houve muito terror, pois o proprietário contratou pistoleiros que investiram ameaças graves aos ocupantes. Foram queimados os barracos, alguns tiros disparados e uma intervenção da polícia.

Três trabalhadores foram presos, o Entrevistado 2, Referente 3 e Referente 4. Mas após serem soltos o grupo resolveu ocupar o INCRA em Aracaju por nove dias e, no retorno a Poço Redondo, montaram novo acampamento na fazenda vizinha. Por quatro anos a igreja cedeu terras da paróquia para que os sem-terra pudessem produzir alimentos, até que em 1995

o INCRA realizou uma reunião com o grupo que decidiu acampar na Fazenda Esperança e logo em seguida foi liberada a emissão de posse. Ainda pertencente e trabalhando no lote o Entrevistado 2 demonstra muita emoção ao lembrar da luta pela terra:

Minha vida é trabalhar! Você viu quando passou no meu lote, um dos mais zelados que tem por aqui, todo limpo. Dei meu sangue por isso aqui, não foi fácil e nem dado não! Acampeei, fui preso e mandado para a delegacia, perdi minha mulher carbonizada naquele acidente com o ônibus de Santa Rosa e criei esses meninos trabalhando de sol a sol.” (Sr Zé Vasto)⁸.

Na Tabela 06, apresentamos as informações cadastrais do assentamento Flor da Serra, disponibilizadas pelo INCRA.

Tabela 6 - Informações cadastrais do assentamento Flor da Serra

| | |
|--|---------------------|
| Denominação do imóvel | Fazenda Esperança |
| Denominação do assentamento | Flor da serra |
| Resolução/Portaria | 008/02 |
| Data da imissão na posse | 09 de abril de 1995 |
| Data da criação do PA | 10 de maio de 2005 |
| Distância da sede municipal | 51 km |
| Área registrada | 514,2500 há |
| Área medida | 507.5300 há |
| Nº de módulos fiscais da área medida | 4,21 |
| Área média das parcelas individuais (parcelamento já executado) | 24,31 há |
| Fração mínima de parcelamento | 04 há |
| Zona pecuária | 04 |
| Módulos fiscais do município | 70 há |

Fonte: PDA-INCRA.(2013)

⁸ Agricultor do PA Flor da Serra.

O P.A. está localizado nas bordas da Serra da Guia, uma formação rochosa de imenso valor cultural, religioso e botânico. A Serra da Guia está localizada próximo à divisa com a Bahia, ela faz parte do complexo da Serra Negra que concentra os pontos de maior altitude do estado, cerca de 750 metros. As novenas, enterros e caminhadas são realizadas na serra, de modo que há uma grande mobilização nas redondezas do município de Santa Rosa do Hermínio e povoados. A figura 17 ilustra um cemitério e uma capela na subida da Serra da Guia. É um verdadeiro “banco de genético” de espécies exóticas. Dentre as mais conhecidas estão as orquídeas. A serra foi um antigo quilombo, onde escravos foragidos se instalaram para sobreviver naquela região que apesar de muito quente possui alguns riachos e, naquela época, caça abundante. Hoje esse quilombo está em fase de reconhecimento e demarcação das terras pelo INCRA.

Figura 17 - Capela na subida da Serra da Guia
- Poço Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

Enquanto símbolo vivo e inestimável da cultura da região reside no Quilombo da Serra da Guia uma das mais conhecidas rezadeiras e parteiras do país, a Referente 5. Para muitos é

uma verdadeira mãe e/ou madrinha de fé. É comum encontrar baianos, pernambucanos, alagoanos e gente de diversos lugares em eventos no Quilombo da Guia para consulta espiritual e auxílio parteiro com a Referente 5 (Figura 18).

Figura 18 - Casa de reza da Referente 5, guia no Quilombo da Serra da Guia – Poço Redondo, 2013



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

DRP no PA Flor da Serra (Figura 19)

Com a matriz didática FOFA (fortaleza, interna; oportunidades, externas; fraquezas, internas; e ameaças, externas) detectamos alguns elementos dispersos que afetaram ou afetam positiva ou negativamente a história do assentamento:

- **As forças coletivas** estiveram ligadas ao alto grau de organicidade da comunidade, na força e mística da história do P.A., união, riachos em abundância, alta capacidade de retenção da água através de barragens, associação e à produção de palma.
- **As fraquezas são:** o acesso à água nos lotes, manutenção do maquinário agrícola (tratores quebrados), investimentos, distância para escola e posto de saúde em Santa Rosa do Hermínio; urgência na regularização dos lotes, analfabetismo, ausência de igreja e praça para lazer; ausência de organização para destinação do lixo e deficiência com o tipo de assistência técnica descontínua que tiveram ao longo do tempo.
- **As oportunidades** estiveram ligadas ao cultivo da palma de maneira mais planejada, melhoramento genético para o gado de leite, inserção de peixes na barragem coletiva e diversificação agrícola e principalmente na fonte proteica como leucena, algodão etc. O Apoio Mulher foi ressaltado para dinamizar a economia e autonomia das mulheres, assim como alternativas para a juventude.
- **As ameaças** estiveram relacionadas, principalmente, aos efeitos climáticos acentuados por essa última seca. A organização dos animais soltos que prejudicam os plantios, a dívida antiga do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – (PROCERA). A questão central versou entorno da pecuária que demanda excessivos cuidados alimentares e hídricos, assim como a burocracia dos órgãos com os quais se mantém contato.

Figura 19 - Realização do DRP no Assentamento Flor da Serra - Poço Redondo, 2013



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

O PA Flor da Serra é um dos mais intrigantes daquela região, apesar das dificuldades enfrentadas pela conformação edafoclimática. O município de Poço Redondo é notadamente o que revela as maiores temperaturas e estiagens do estado de Sergipe. Ainda assim, o território marginal à Serra da Guia mantém índices superiores. Nas estiagens, são comuns os usos de Xique-xique e Mandacaru no alimento animal, embora haja proibição e fiscalização do IBAMA. Os camponeses protestam e argumentam que não cortam o Mandacaru no caule principal, permitindo à planta rebrotar, mas ainda assim os fiscais do IBAMA multam estas infrações (Figura 20).

Figura 20 - Cactaceae típica da caatinga (Xique-xique), Assentamento Flor da Serra – Poço Redondo. 2013



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

Os assentados, na sua maioria, têm sua origem nos arredores daquela região. Por esta razão, há um grau elevado de familiaridade no assentamento. O laço construído entre o sujeito e o território permite entendermos como muitos camponeses preferem aquela região demasiadamente árida a outras. Existem muitas tradições e elementos comuns entre eles:

- A participação religiosa na Novena da Guia;
- O cemitério dos antepassados, na Serra da Guia, onde os antigos solicitam que sejam enterrados pelos descendentes;
- A relação direta com Dona Zefa da Guia nos partos e tratos espirituais, conformando uma matriarca espiritual do território;
- A lida com a seca e a criação bovina;

- A realização de vaquejadas na caatinga; e
- A familiaridade entre os assentados.

O PA Flor da Serra tem um importante histórico de lutas e de experiências coletivas, sejam positivas ou negativas. Obtiveram largo acesso a créditos, como o PROCERA; cursos de costura, (SEBRAE); ovinocaprinocultura, (EMDAGRO); bovinocultura, (EMDAGRO); banco de proteínas com gliricídia, algaroba e leucina, (EMDAGRO). Também já obtiveram maquinários coletivos como tratores, arados, grades, carretas e motor forrageiro.

Hoje encontramos poucos resultados desses investimentos. Não há produção de roupas. O trator está quebrado e o banco de proteína não obteve sucesso. O custo da manutenção do trator é alto e, hoje em dia, a maioria aluga tratores para aração ou usa animais, porém, os tradicionais bois de carro são pouco usados, devido ao terreno pedregoso que danifica gravemente o casco do boi e, por isso, os jegues são mais usados, como mostra a Figura 21.

Figura 21 - Utilização de transporte asinino (de jegue) para o trabalho. Assentamento Flor da Serra – Poço Redondo, 2013



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

A atividade leiteira, na atualidade, marca a rotina dos assentados, configurando um ciclo árduo ao trabalho humano que nos períodos de estiagem prolongada pode haver um sobre trabalho apenas para manter vivas as matrizes produtoras de leite. Quando indagados sobre as pequenas criações, enquanto alternativa, percebe-se que a cadeia do leite, apesar de danosa, está bem estruturada ao escoamento e ancorada na cultura daquela região. Os atravessadores, laticínios e indústrias movimentam este circuito, quando, por exemplo, os caprinos e suínos precisam de abatedouro para que possam fornecer para a CONAB. Além disso, reclamam dos roubos frequentes de ovinos, assim como ataques de cachorros.

Em Flor da Serra, vemos duas modalidades de comercialização do leite: a primeira compreende um universo de 15 produtores que fornecem leite diariamente à empresa NATEVILE, com sede em Nossa Sra. da Glória; a outra parte compreende um universo de cerca de 25 produtores que entregam a atravessadores locais. O preço no ano de 2013 girou em torno de R\$ 1,00 e R\$ 1,10 por litro.

CAPÍTULO 3

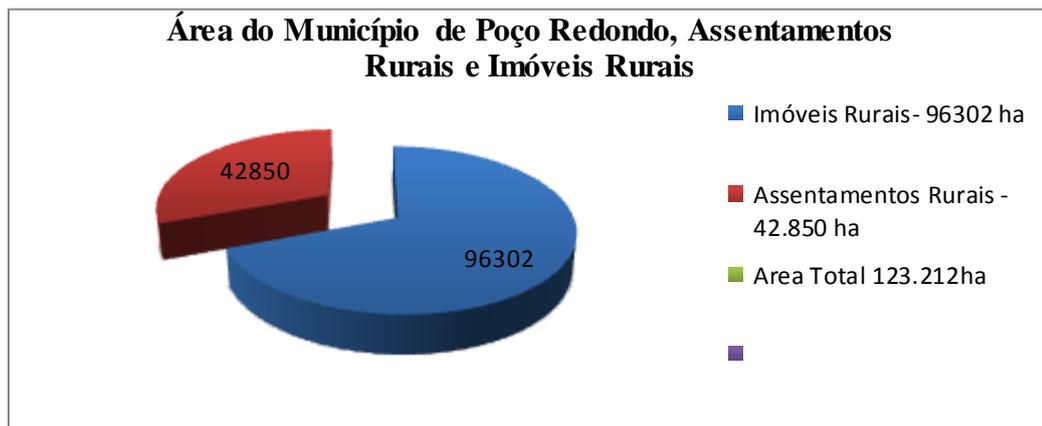
4 - COMPARAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES APRESENTADOS PELOS PA's CURRALINHO, DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO E FLOR DA SERRA

O estudo comparativo dos indicadores apresenta particularidades entre os PAs Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra, mas também aponta similitudes com as características territoriais da região.

Os três assentamentos, que são coordenados pelo MST, possuem trajetórias de organização social típicas deste movimento social. Porém, a história de cada um permite-nos interpretar, através dos seus indicadores, os fenômenos comuns a uns e outros.

Os 31 assentamentos rurais do município de Poço Redondo somam 42.850 ha (Figura 22). Os assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra contribuem com 3.007,04 hectares na estrutura agrária do município (Figura 23). A área total de todos os estabelecimentos rurais do município de Poço Redondo é de 96.302 ha, distribuídos entre 3.961 unidades familiares que abrigam 9.377 homens e 3.597 mulheres ocupados na agricultura (IBGE, 2006).

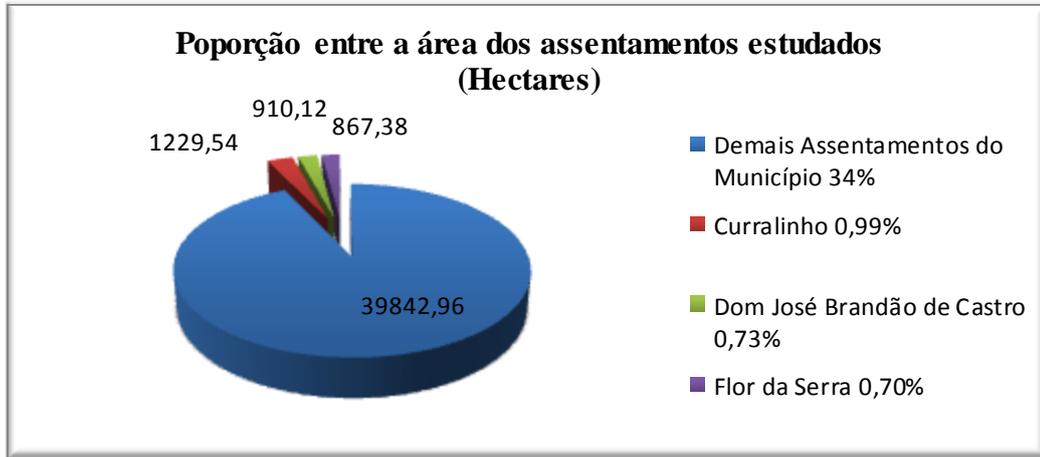
Figura 22 - Comparação entre a área total do município de Poço Redondo e dos assentamentos rurais



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

A significativa participação dos assentamentos rurais na estrutura agrária do município de Poço Redondo, em torno de 34%, revela a continuidade de um período histórico iniciado naquela região com a sua primeira ocupação rural, a ocupação de Barra da Onça em 1985.

Figura 23 - Proporção entre a área dos assentamentos de Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra – Poco Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

Destacamos alguns elementos para compreender o que de fato influencia a comercialização nos assentamentos:

- Organização social e jurídica
- Acesso às agrovilas e lotes;
- Produção;
- Comercialização (feiras, atravessadores e mercados institucionais); e
- Estratégias de reprodução.

Sobre a organização social e jurídica percebe-se que não há uma simbiose tão evidente entre as duas. A organização social autônoma pressupõe um grau elevado de compreensão sociopolítica dos sujeitos envolvidos para resolver os seus problemas. O cadastro jurídico pode, ou não, ser um desdobramento qualitativo da organização social. Em alguns casos pode-se perceber uma fraca coesão entre os assentados e uma organização jurídica eficiente. Neste caso, podemos perceber três níveis de organização social e jurídica para avaliar os assentamentos de Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra.

Através dessa reflexão, podemos responder as questões:

- Reúnem-se para discutir os problemas coletivos do assentamento com frequência?
- Somente reúnem-se para discutir algum projeto trazido de fora?
- Não se reúnem?

O PA Curralinho sequer tem uma associação regularizada. Argumentam que após a morte do antigo dirigente, Referente 1, perdeu-se a organicidade do assentamento. No entanto, reúnem-se para discutir algum projeto ou medida que lhes apresentem, a exemplo dos projetos de ovelhas e corte e costura, ainda parados, implantados lá, mas com aporte jurídico de outro assentamento. A moradora e enteada do finado Referente 1, a Entrevistada 3 relata: “Olhe, aqui em Curralinho as coisas são complicadas. Ninguém quer saber da associação. Do projeto coletivo de ovelha pela Pronese, a fundo perdido, só nove mulheres aceitaram e quatro já desistiram. Nossa comunidade tem água, energia, rio..., mas é desunida.” (Informação verbal)⁹.

O PA Dom José Brandão de Castro reúne-se mensalmente para discutir a associação. Além disso, sempre que há convocatória, os assentados comparecem para discutir o problema em questão. Há uma tradição de trabalho comunitário razoável na construção de casas, plantio e, enquanto experiência institucional, a criação de galinhas caipiras com a PRONESE.

O PA Flor da Serra reflete perfeitamente uma deficiência clara entre a organização social autônoma e a jurídica. Lá, existe uma associação regularizada que, inclusive, capta grandes volumes de recursos. No ano de 2012, conseguiram, por meio da PRONESE, plantios de palmas para recomposição forrageira em diversos lotes. Porém, não existem reuniões da associação e a única oportunidade de reunião que têm é quando os técnicos que prestam assistência técnica via convênio de Assistência Técnica e Extensão Rural – (ATER) e o Centro Comunitário de Formação em Agropecuária – (CEFAC) de Dom José Brandão de Castro/INCRA solicitam. O coordenador do assentamento, Referente 6, alega que já existiu uma dinâmica de reunião coletiva no assentamento, mas após algumas brigas e acusações de desvio de recursos instalou-se um trauma e uma descrença no assentamento. Por isso ele acredita que somente os mais jovens podem reoxigenar o assentamento.

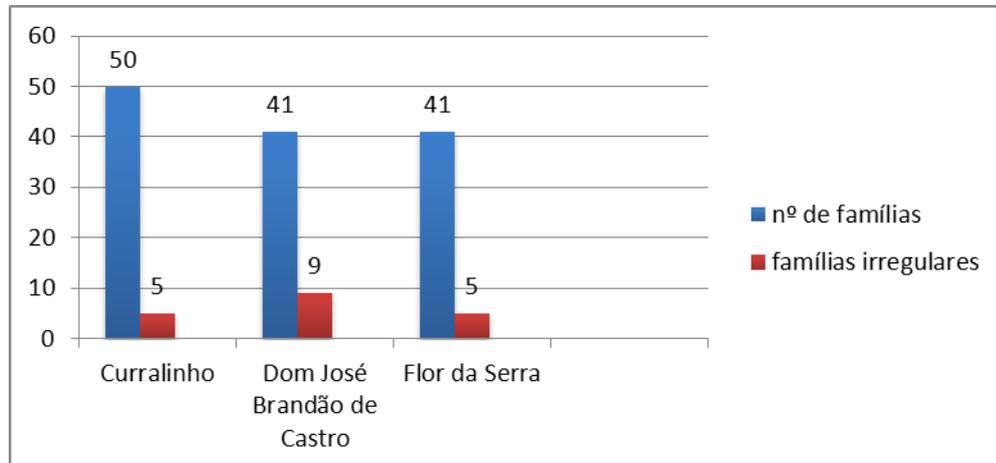
A organicidade dos assentamentos, porém, enfrenta a dura realidade das vendas de lotes (Figura 24). Dessa forma, residentes irregulares não acessam direitos sociais garantidos aos assentados.

Eu sou irregular, moro há nove anos neste lote com minha esposa e um filho que trabalha comigo. Sem regularizar nunca panhei nenhum investimento do INCRA e nem do banco, sem nenhum investimento ainda tenho vaca, cavalo, peru, galinha, palma, feijão, milho e uns bode que ganhei numas vaquejadas. (Entrevistado 4; Informação verbal)¹⁰

⁹ Assentada do PA Curralinho.

¹⁰ Morador irregular do PA Flor da Serra.

Figura 24 - Relação entre famílias regulares e irregulares, segundo registro do INCRA

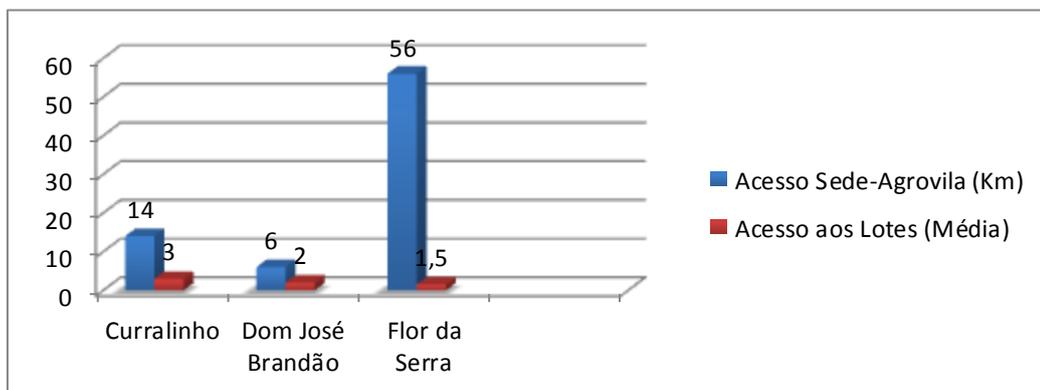


Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

A taxa de regularização diz respeito ao ano de 2013, sabendo-se que outras regularizações de lotes foram resolvidas no ano de 2009. Ou seja, esses números marcam um período acumulado de 4 anos.

Os agricultores brasileiros enfrentaram, ao longo da história, uma grande problemática na produção e comercialização agrícola: a infraestrutura necessária para o escoamento da produção (Figura 25). No caso camponês, não nos referimos a grandes portos e aeroportos, mas de estradas que permitissem um caminhão e até uma carroça passarem sem o perigo de virar. A demora na efetivação das políticas do INCRA, juntamente com as chuvas concentradas, revela um cenário catastrófico para os assentamentos do sertão, em especial, nas estradas vicinais por onde não passam transporte escolar.

Figura 25- Acesso às agrovilas e lotes dos assentamentos: Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014

A qualidade do acesso dos assentamentos e lotes também é parte fundamental da estrutura de produção, escoamento e comercialização agrícola. Inclusive, a qualidade do acesso determina não só a comercialização, como também acesso para o trabalho.

O PA Curralinho tem uma estrada de piçarra razoável para sua agrovila, até porque está inserido num povoado importante. Mas esta qualidade não ocorre nos lotes afastados, dispostos nas descidas das serras que se inclinam da sede de Poço Redondo para a o ponto mais baixo, que é a margem do rio. Alguns lotes são inacessíveis a qualquer tipo de automóvel, permitindo o uso de animais e motos. Inclusive, os caminhões pipas não levam água para estes lotes inacessíveis.

O PA Dom José Brandão localiza-se na mesma estrada que vai para Curralinho, num ponto mediano da reta. Neste PA as problemáticas são idênticas às do PA Curralinho quanto ao acesso precário aos lotes.

No PA Flor da Serra temos duas alternativas, uma estrada de piçarra de 36 Km que liga o PA à sede do município e outra mista de 56 Km, onde cerca de 40 Km são asfaltados. Para os lotes, não existem grandes dificuldades, em todos chegam carros e caminhões. Porém, muitas vezes, a produção do assentamento realiza-se em outro sentido, não sendo para a sede do município, e sim para o povoado de Santa Rosa do Ermírio, que é bem desenvolvido e dista cerca de 10 Km.

A produção agrícola dos assentamentos rurais do sertão sergipano, nesta pesquisa, precisará ser discutida e relativizada pelas condições climáticas extremadas nos anos de 2011, 2012 e 21013 através da maior seca dos últimos cinquenta anos, segundo declarações da FAO (2013). Com isso, a produção em sequeiro foi praticamente nula e a de leite sofre um decréscimo de 80%. Ou seja, a colheita estabelecida no Censo Agropecuário de 2006 não pôde ser verificada (Tabela 7).

Tabela 7- Principais culturas, quantidade e valor - Poço Redondo

| | Nº DE UNIDADES FAMILIARES | QUANTIDADE (TONELADAS) | VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) |
|------------------------|----------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| FEIJÃO | 1572 | 890 | 631.000 |
| FEIJAO DE CORDA | 858 | 600 | 422.000 |
| MANDIOCA | 35 | 811 | 207.000 |
| MILHO | 2457 | 3330 | 972.000 |

Fonte: IBGE, 2007

Os agricultores, mesmo com a seca prolongada, mantêm uma cultura de esperança. Mesmo correndo riscos, a ampla maioria torna a plantar aquelas culturas tradicionais da região, conforme a Tabela 8.

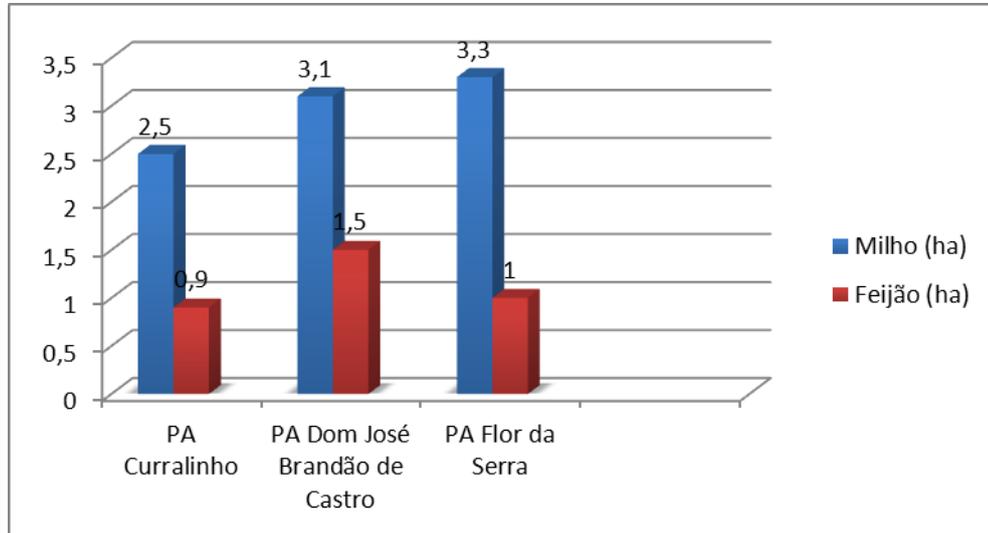
Nos questionários aplicados, foi preciso confrontar a área plantada com a colhida, que foi próxima a zero, para verificar uma suposta média produtiva, caso houvesse colheita, Figura 26. Este dado não se repetiu para a palma plantada, enquanto suporte forrageiro, devido à sua resistência e ao seu ciclo de longa duração, porém, o seu estoque foi diminuído.

Tabela 8 - Lavouras e criações identificadas nos assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra – Poço Redondo

| | LAVOURAS ANUAIS | LAVOURAS CASUAIS | ANIMAIS | EXTRATIVISMO |
|-----------------------------------|--|-------------------------|--|---------------------|
| Curralinho | milho, feijão de corda, feijão preto, feijão mulatinho e palma | abóbora e melancia | ovinos, caprinos, bovinos de leite, aves e equinos | peixe e maxixe |
| Dom José Brandão de Castro | milho, feijão de corda, feijão preto, feijão mulatinho e palma | abóbora e melancia | aves, bovinos de leiteiras e tração e equinos | umbu e maxixe |
| Flor da Serra | milho, feijão de corda, feijão preto, feijão mulatinho e palma | abóbora e melancia | ovelhas, cabras, vacas leiteiras, bois de tração, aves e equinos | umbu e maxixe |

Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

Figura 26 - Área plantada de culturas temporárias: média familiar por assentamento. Assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo (2014)

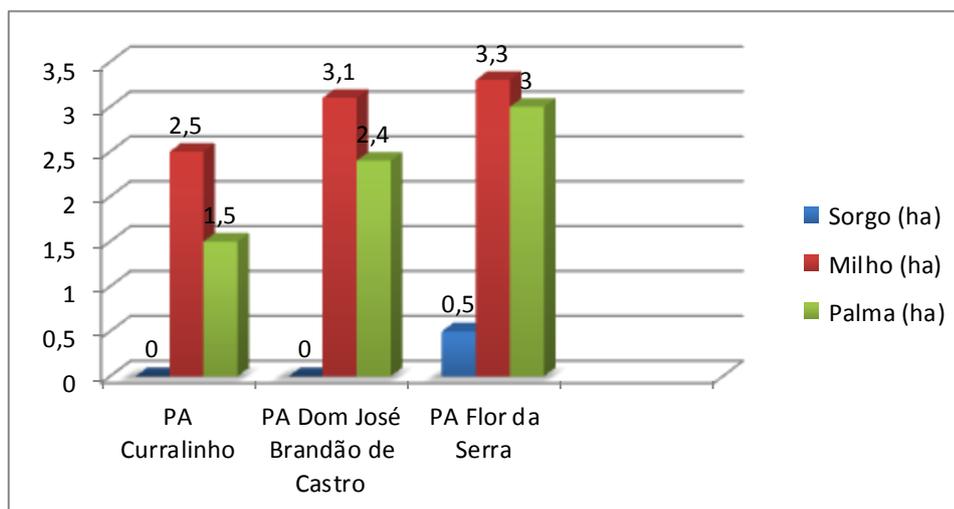


Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

A média demonstra uma sobreposição da produção de milho sobre a de feijão. Porém deve-se entender que a produção de feijão é majoritariamente para autoconsumo e pequenas negociações. A produção de milho é escalonada para produção de silagem para o verão, e autoconsumo de espigas ao longo do ciclo produtivo. Em épocas de normalidade climática “de boas águas” são produzidas para autoconsumo: abóbora, melancia e feijão de corda. O maxixe, que é disseminado por pássaros e vento, é colhido entre o milho e o pasto.

Além da produção de alimentos, o camponês destina parcela da sua área agricultável para formação de estoque forrageiro (Figura 27).

Figura 27 - Produção de estoque forrageiro nos assentamentos: Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra – Poço Redondo (2014)



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

Entre a produção animal através das entrevistas constatamos as seguintes variedades: frango de postura e corte, ovelhas para corte, cabras para corte, vacas leiteiras e peixe (via extrativismo). A média entre os assentamentos está ilustrada na Tabela 9.

Tabela 9 - Número de famílias por tipo de atividade de produção animal nos assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo-SE.

| | PA CURRALINHO | | PA DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO | | PA FLOR DA SERRA | | POÇO REDONDO (2012) | |
|----------------------------------|----------------|---------------|-------------------------------|---------------|------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | Nº de famílias | Nº de animais | Nº de famílias | Nº de animais | Nº de famílias | Nº de animais | Nº de famílias | Nº de animais |
| Frango de postura e corte | 10 | 42 | 18 | 130** | 24 | 100 | 2549 | 24.820 |
| Ovelhas | 6 | 74** | 2 | -- | 4 | --- | 557 | 8.230 |
| Cabras | 2 | 47 | 0 | 0 | 1 | 3 | 113 | 1.890 |
| Vacas | 25 | 72 | 23 | 81 | 30 | 156 | 2734 | 41.830 |
| Suínos | 3 | 21 | 2 | 7 | 4 | 14 | 471 | 2600 |
| Peixes | 21 | * | 0 | 0 | 0 | 0 | --- | --- |

*Não encontrado

**Criações individuais somadas as do projeto coletivo com a Pronese

Elaboração: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

Fonte de dados: Entrevistas (2013) e IBGE (2007, 2012)

Em Poço Redondo as pequenas criações, na maioria das vezes, são complementares à renda, quando não para autoconsumo. A renda de fato advém majoritariamente da venda do leite e do descarte de bezerros (machos). Vejamos a comparação entre o valor da produção de leite com a de ovos (Tabela 10).

Tabela 10 - Valor anual da comercialização em Poço Redondo

| | VALOR DA PRODUÇÃO R\$ | VALOR DA VENDA R\$ |
|--------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| Produção de leite | 8.123 mil | 7.706 mil |
| Produção de Ovos | 427 mil | 140 mil |

Fonte: IBGE, 2007.

Na cadeia do leite, asseguramos diante das entrevistas que todos os produtores com matrizes leiteiras compram soja para suplemento proteico. Já o gado solteiro é dispensado na caatinga. Os assentados possuem uma elevada discrepância com relação à produtividade das vacas. Alguns com vacas que fornecem 7 litros por dia, outros com vacas de 10 Litros por dia. Ou seja, o produtor que vende 50 litros de leite garante uma renda bruta de R\$ 50,50 por dia (Tabela 11).

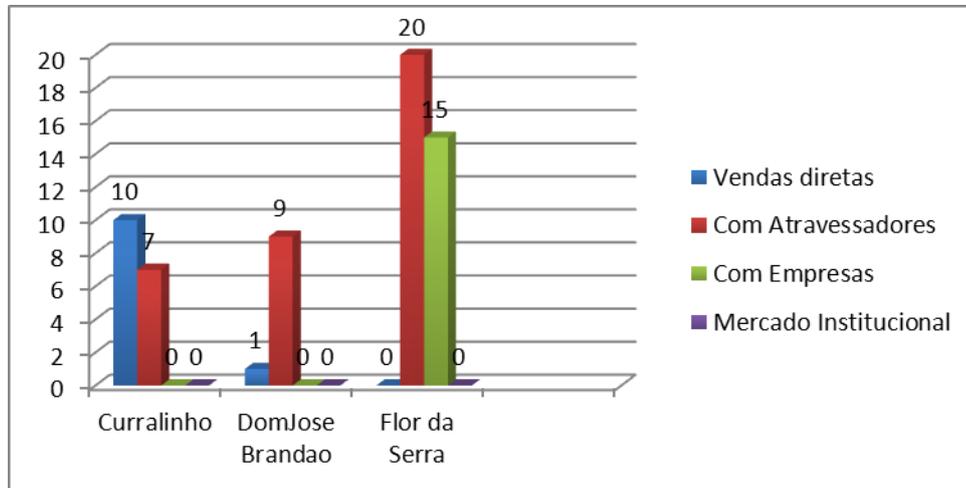
Tabela 11- Preço dos produtos envolvidos na cadeia leiteira em Poço Redondo

| | SOJA (SACA/60KG) | MILHO (SACA/60KG) | LITRO DO LEITE |
|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------|
| Preço (R\$) em Poço Redondo | 80 | 30 | 1,05 |
| Cotação Dez/2013 | 64,50 | 26,46 | ----- |

Fonte: BM&F, 2013.

Os camponeses em geral participam da sociedade ocupando um lugar específico. Porém, diferente dos operários produtores de mercadorias, o camponês persiste em se reproduzir através do trabalho familiar, do autoconsumo e comercialização. Essas regras gerais da teoria camponesa, no entanto, não são suficientes para explicar os aspectos conjunturais. Hoje, no Brasil, a comercialização se realiza de diversas maneiras, assim como o trabalho complementar. As vendas diretas, indiretas e os mercados institucionais são as modalidades destacadas nesta pesquisa (Figura 28).

Figura 28 - Tipos de comercialização nos assentamentos: Currallinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2013.

No Assentamento Currallinho, temos uma predominância das vendas diretas. Essas vendas são na sua totalidade a venda dos pescados em casas, bares e na feira. Com os atravessadores da região, somente negociam o leite, que ao longo do ano de 2013, esteve em torno de R\$ 0,90 a R\$ 1,05 o litro.

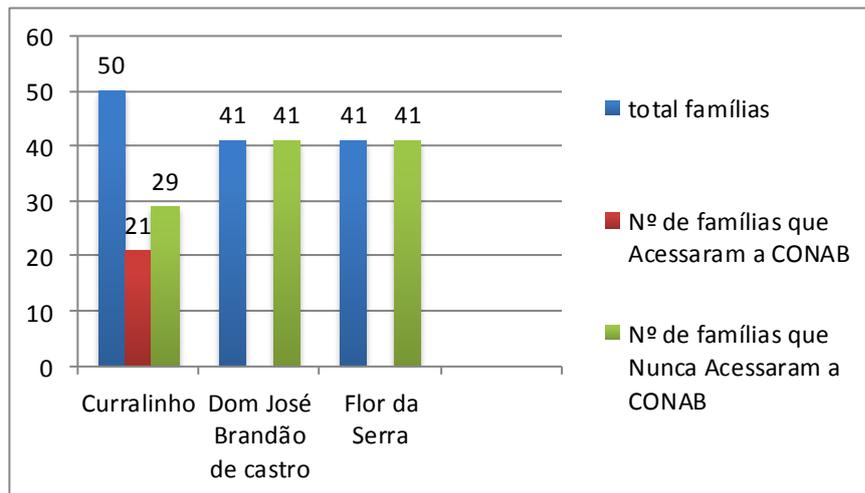
No assentamento Dom José Brandão de Castro, somente uma moradora vende produtos na feira, frangos e legumes que adquire de outros camponeses. Os demais negociam o leite com atravessadores locais, as “carroças do leite.”

No PA Flor da Serra temos duas subdivisões da forma indireta de comercialização. Vinte camponeses relacionam-se com atravessadores da região, que por sua vez, abastecem pequenos laticínios. Outros 15 assentados mantêm um contrato com o laticínio Nateville, cujo porte é mediano e localiza-se na cidade de Nossa Sra. da Glória (cerca de 50 Km de distância). Essas empresas estabelecem um vínculo formal com os agricultores e também disponibilizam um tanque de resfriamento na comunidade onde depositam o leite até que o caminhão refrigerado recolha.

Pode-se perceber que nenhum assentamento estabelece vínculo com os mercados institucionais. De certa maneira há uma frustração nas expectativas com esta modalidade. De acordo com a Figura 29, somente o PA Currallinho acessou a CONAB, porém, endividaram-se e um trauma coletivo foi instalado naquele PA. “Depois dessa dívida que pegamos com a CONAB ninguém quer saber mais de coito com ela. Até hoje ninguém sabe como aconteceu e

nem como faz para pagar a dívida porque não chega a relação.” (Entrevistado 5; Informação verbal)¹¹.

Figura 29 - Número de famílias que acessaram a CONAB



Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

Os assentados dispõem de uma variedade de estratégias para manutenção da sua vida no território. Os programas do governo são parte importante da interferência do estado na vida camponesa. Não só os que tratam da comercialização (Tabela 12 e Tabela13).

Tabela 12 - Programas acessados pelos assentamentos Flor da Serra, Dom José Brandão e Curralinho em 2013

| | BRASIL MISÉRIA | SEM GARANTIA SAFRA | SEGURO PESCA |
|------------------|---------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| Flor da Serra | 20 famílias | 41* | ---- |
| Dom José Brandão | 24 famílias | 40* | ---- |
| Curralinho | 21 famílias | 18* | 34* |

*Assentados e Agregados; Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

¹¹ Assentado do PA Curralinho

Tabela 13 - Valor dos programas acessados pelos camponeses dos assentamentos Curralinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra - Poço Redondo

| PROGRAMAS | VALOR R\$ |
|-----------------------|----------------------|
| Brasil Sem Miséria | 2.400,00 |
| Garantia Safra | 850,00 |
| Seguro Defeso (Pesca) | 2.712,00 |

Fonte: Ivan Siqueira Barreto, 2014.

Além disso, o programa Bolsa Família é uma realidade na conformação da renda familiar, acrescentando-se a essas garantias o trabalho complementar na rua ou em outras localidades.

De acordo com as entrevistas, percebemos um relativo impacto do trabalho complementar. Alguns o fazem de maneira esporádica na própria região, geralmente no trabalho em obras, e outros se deslocam para as grandes obras no Pará, São Paulo, Minas Gerais etc. Em alguns povoados transformou-se em regra: ao completar dezoito anos deve-se ir para as “firmas”.

Verificou-se entre os entrevistados que existem uma movimentação que corresponde à dinâmica regional de fornecimento de mão de obra para os grandes projetos.

Em Curralinho, de dez camponeses entrevistados, havia um trabalhando em obras no próprio povoado, outro na prefeitura e um terceiro em obras em São Paulo, segundo sua esposa. Em Dom José Brandão de Castro, de dez entrevistados, um trabalhava em obras e na roça, outro de vigia noturno e na sua roça e outro de vaqueiro numa fazenda ao passo que iniciava uma reforma da cerca para criação de gado. Além disso duas famílias continham ente (filho ou marido) em outros estados. No PA Flor da Serra das dez famílias entrevistadas, três homens viajaram para trabalhar na construção de um shopping em Minas Gerais.

Aliado ao trabalho complementar a renda das famílias são impactadas pela aposentadoria e Programa Bolsa Família – (PBF).

Nos três assentamentos, entre os entrevistados, todos recebiam Bolsa Família de até

R\$ 200,00 a depender das variáveis e número de filhos. Além disso, existe um número de agregados, netos da família assentada, que têm direito ao PBF. Os aposentados compuseram uma média de 10% dos assentados.

4.1 Uma análise dos dados, das entrevistas e dos programas.

Para garantir a reprodução camponesa no sertão de Sergipe o camponês se utiliza de diversas estratégias, uma delas é a comercialização.

Através das entrevistas estabelecidas (ver anexo) podemos analisar cada variável aqui estabelecida. Outros dados foram analisados a partir dos formulários de diagnósticos do Programa Brasil Sem Miséria.

O Programa Brasil Sem Miséria consiste na aplicação de recursos públicos em atividades geradoras de renda no meio rural desde que as famílias obedeçam a critérios que as categorizem no espectro “baixa renda” que são aqueles indivíduos que sobrevivem com até R\$ 70,00 reais mensais. Tome-se como exemplo uma família de quatro pessoas que teria que ter uma renda máxima de R\$ 280,00 reais mensais sem contabilizar a renda oriunda dos programas de governo. O programa disponibiliza R\$ 2.400,00 para cada unidade familiar em três parcelas para investimentos diretos geradores de renda no meio rural.

O Garantia Safra é um seguro instituído através da Lei 10.420/2002 que atende aqueles agricultores que habitam zonas propícias a estiagens e obtiveram perda de 50% ou mais na colheita. A unidade familiar atendida deve apresentar uma renda máxima de 1,5 salário mínimo e uma área de 0,6 a 5 hectares de plantio de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão, além disso, pode se dispor para avaliação de outra atividade de convivência com o semiárido. O valor do Garantia Safra atual calculado sob uma base de dividendos que contribuem para um fundo nacional onde o agricultor contribui com 1,5%, o município com 4,5%, o estado 9,0%, a União com 30% e o restante, pelo tesouro nacional que completa o valor de R\$ 850,00.

As feiras livres ainda são a maneira como melhor os camponeses controlam suas mercadorias. O gasto energético e o ciclo produto-tempo-espaço são diminuídos. Mas ainda há desafios para o poder público ajudar principalmente nas políticas sanitárias. Outro elemento é a ausência de água nos lotes e nas casas, que impossibilita a produção de hortaliças para se vender nas feiras.

Nos três assentamentos vimos a figura do atravessador leiteiro, mas somente em um deles com a presença empresarial. A empresa Nateville que coleta leite em Flor da Serra conta com a participação de 15 agricultores que até o momento estão razoavelmente satisfeitos, mais devido à comodidade (recolhimento do leite e armazenamento) do que ao preço praticado que, por vezes, não é o mais vantajoso. Por isso vemos que a empresa se beneficia da falta de estrutura nos povoados e assentamentos.

No PA Curralinho constata-se maior dificuldade organizativa e também uma grande heterogeneidade de origens entre aqueles que têm vocação histórica na lida com o gado, comerciantes e muitos pescadores. Neste PA a produção de leite e produtos para o mercado é muito reduzida.

O assentamento Dom José Brandão de Castro é o que apresenta maior relação para com o trabalho externo e problemas de regularização de lotes. Porém, é o mais organizado politicamente. A sua proximidade com a sede do município não trouxe benefícios para a produção e nem significou melhor escoamento da mesma, pois seus lotes ainda permanecem sem acesso à rede de fornecimento de água ainda não instalada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inseridos num período dominado pelas leis de mercado os camponeses de Sergipe, particularmente dos assentamentos Currealinho, Dom José Brandão de Castro e Flor da Serra em Poço Redondo refletem as tendências gerais da luta pela terra no Brasil.

Podemos identificar que a significativa distribuição de terras naquela região, porém, mantém particularidades. Sabendo que o desenvolvimento do Capital é desigual, existem elos frágeis, pois nenhum sistema se realiza da maneira como deseja seus mandatários. A reforma agrária em Poço Redondo e Sertão Sergipano combinou o elemento da organização social fortalecida pelos milhares de camponeses pauperizados, através do MST, dispostos a lutar pela terra, com a deficiência do capitalismo em apresentar propostas modernas para aquela região de baixa fertilidade e escassez hídrica.

O capitalismo que subordina a espacialização e o uso do território ao seu desenvolvimento capitaliza também o combate aos outros tipos de uso. Por este motivo constatamos que uma estratégia geral dos camponeses é o trabalho temporário fora da terra em grandes capitais, principalmente no verão.

Diante disso, pode-se concluir que a dinâmica geral que corresponde ao período de desenvolvimento nacional através de grandes obras de infraestrutura estabelece a continuidade de uma relação histórica com o sertão de Sergipe. Esta relação se pauta no fornecimento de mão de obra barata e jovem, mas com a diferença de empregá-la de modo temporário. O capital absorve esta mão de obra e o camponês retorna para aplicar o rendimento na sua roça. Ou seja, não se mudam mais para São Paulo. É comum relatar-se a estratégia de trabalhar durante as secas para investir no plantio de palma.

Este movimento de trabalho complementar reflete-nos três questões: 1) Atualmente o capital absorve esta mão de obra sem desterritorializá-la; 2) O camponês, aplicando sua renda de trabalho proletário no seu lote, reflete uma estratégia de manutenção da reprodução camponesa e 3) A falta de alternativas e ausência de políticas hídricas estruturantes reforça a lógica da não agricultura através, somente, da formação do estoque de palma que muitas vezes é destinado à venda para outros agricultores.

Podemos perceber que as políticas públicas que atuaram sobre aqueles territórios foram descontínuas e pouco estruturantes. A maioria delas forneceu caminhões pipa nas

épocas de estiagem ao invés de canalizar estrutura suficiente para armazenar um grande volume de águas.

A política pública também é insuficiente quando na maior seca das últimas décadas ofereceu um crédito bonificado, o Crédito Estiagem através do BNB, cujo valor foi de cerca de R\$ 12.000,00 com abono de 40%. Uma política emergencial em forma de crédito denuncia a natureza das políticas do estado, diferentemente das políticas voltadas aos bancos, montadoras e usinas de cana que praticamente têm sua produção subsidiada. Passou o verão e todos os camponeses que acessaram o crédito estão endividados, pois somente saldaram as perdas de matrizes.

A CONAB e os programas PAA e PNAE, sem dúvida alguma, têm avançado no fortalecimento dos territórios camponeses. A garantia de compra age como reguladora de preços e garante um bom negócio, porém, a sua operacionalização (demora no pagamento) afasta muitos agricultores. Muitos passaram por esse trauma. Para isso é preciso que o programa aperfeiçoe sua gestão e operacionalização.

É preciso também que a CONAB incorpore as diversidades regionais do Brasil em suas políticas. Diante disso, não é condizente com a realidade sertaneja só haver contrato semestral, quando o período chuvoso é de apenas três meses. Isso coloca o sertão (áreas de sequeiro) numa modalidade reduzida, já que não pode comercializar vegetais. Uma das alternativas para a solução desse fato seria o fortalecimento da produção de animais de pequeno porte, porém mais uma vez a estrutura inviabiliza a solução, quando não há uma política de construção de abatedouros paralela à CONAB.

Diante disso, conclui-se que a comercialização camponesa tem um potencial extraordinário na retenção de renda da família camponesa. Porém não se configura como única estratégia para reprodução deste sujeito no seu território.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1998. 275 p.

_____. Presidência da República. Decreto 6.447, de 7 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Decreto/D6447.htm>. Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. Presidência da República. Decreto 6.959, de 15 de setembro de 2009. Dá nova redação aos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008. [S.l.: s.n.] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/2009/Decreto/D6959.htm>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. Presidência da República. Lei 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. [S.l.: s.n.] Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acesso em: 27 de nov. de 2012.

_____. Presidência da República. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. [S.l.: s.n.] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010**. Brasília: MDA/SAF, 2009a. Disponível em: <www.mda.gov.br> . Acesso em: 25 out. 2012

_____. Presidência da República. Medida Provisória nº 455 [2009]. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2012.

_____. Resultados do PRONAF, 2007. Disponível em: www.mda.gov.br , acesso em out./2012

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos. **Safra 2012** [S.l.: s.n.], 2009b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>> Acesso em: 13 out. 2012.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos. s/d.a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> . Acesso em out./2012.

CAMARGO, A. L. A. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papyrus, 2003. 160 p.

CAMARGO FILHO, W. P. et al. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 55-68, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**, Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24 p.

CARDOSO, I.M.; GUIJT, I.; FRANCO, F.S. et al. **Continual learning for agroforestry system design: university, NGO, and farmer partnership in Minas Gerais, Brazil**. *Agricultural System*, n.69, p.33, 2001.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: AS-PTA, 2007, 58 p.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p. 423-443, 2003.

DELGADO, G. D.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília: IPEA, 2005.

DOURADO, J. A. L.; MESQUITA, H. A. O lugar dos saberes e sabores da (re)produção camponesa: um olhar sobre a feira livre de Livramento de Nossa Senhora (BA). In: *Coloquio Internacional de Geocrítica – la planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación*. Buenos Aires, 11, 2010. **Actas**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, [2010]. Disponível em: <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/296.htm>>. Acesso em: 20 set. 2012.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HESPANHOL, R. Ap. M. Agroecologia – limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 117-136.

HOLT-GIMENEZ, Eric. **Campesino a Campesino: voces de Latinoamerica – movimiento campesino para la agricultura sustentable**. Managua: SIMAS, 2008, 294 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saneamento básico 2008**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>. Acesso em: 02 out. 2011.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm>. Acesso em: 11 set. 2010.

_____. **Censo demográfico 2010 – agregado por setor censitário dos resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/Agregados_por_Setores_Censitarios/>. Acesso em: 19 set. 2011.

_____. **Resultados preliminares do universo** – censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm>. Acesso em: 11 set. 2011.

KAUSTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução: Otto de Erich Walter Maas. Brasília: Linha Gráfica, 1998. 588 p. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Discurso Editorial/Fapesp, 1998.

_____. Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano. **Sci. stud. [online]**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 297-327, 2008a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662008000300002>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Aspectos cognitivos e sociais das práticas científicas. **Sci. stud. [online]**. [S.l.], v. 6, n.1, p. 83-96, 2008b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662008000100004>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. A imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas. **Sci. stud. [online]**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 487-500, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662011000300003>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**, Editora vozes, Rio de Janeiro, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Livro I, vol. I.

MOREIRA, Ruy. Espaço agrário e classes sociais rurais no Brasil. Revista de Cultura Vozes. Ano 74. Vol. LXXIV março, n. 2, Petrópolis, 1980

Norgaard, R.B.: *Development Betrayed: The End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future*. Londres, Routledge, 1994.

OLIVEIRA, A. U. . Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M. (Org.). *O Campo no Século XXI*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004

OLIVEIRA, M. B. Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. **Sci. stud. [online]**, [S.l.], vol. 6, n.1, p. 97-116, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662008000100005>>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. Formas de autonomia da ciência. **Sci. stud. [online]**, [S.l.] v. 9, n. 3, p. 527-561, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662011000300005>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Petersen, P., Soglio, F.K.D., Caporal, F.R. (2009) **Construção de uma ciência a serviço do campesinato**. In: Petersen, P. (org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*.

Rio de Janeiro: AS-PTA, p.85-103. Programa de Aquisição Alimentar. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acessado em: 25/10/2012.

Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf>. Acessado em: 25/10/2012.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. Uma epistemologia do território. **Revistas Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], vol. 13, n. 1, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002a.

_____. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estud. av. [online]**, [S.l.], vol. 6, n. 14, p. 95-106, 1992, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a07.pdf>>. Acesso: 20 ago. 2011.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 392 p. (Col. Milton Santos).

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 90 p. (Coleção Milton Santos).

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2010.

SANTOS, Núbia. **Pelo espaço do homem camponês**: estratégias de reprodução social no sertão dos estados de Sergipe e Alagoas. São Cristóvão: NPGEU\UFS, 2012.

Schor, T. **Reflexões sobre a imbricação entre ciência, tecnologia e sociedade**. *Scientiae Studia*, São Paulo, 5, 3, p. 337-67, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167831662007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2011.

SHANIN, Teodor, **A definição do Camponês**: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista, in *Cadernos Cebrap*, São Paulo, 1980.

SOSA, B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica: o movimento camponês da ANAP em Cuba.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões. 2012.

STEDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual Editora, 1997.

SZTUTMAN, Leo, Globalização e segurança alimentar: o caso do trigo no Brasil. In: Oficina Regional da FAO para América Latina e Caribe, Santiago. **Anais.** [S.l.: s.n.], 2006.

ANEXO
Questionário Estrutural

Data ___/___/___

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: M () F ()

Escolaridade: _____

Estado civil: _____ N° de filhos: _____

Município: _____ Assentamento: _____

N° de pessoas que moram na residência: _____

Renda mensal familiar com a atividade agrícola:

() < ¼ salário mínimo () ¼ salário mínimo () 1 salário mínimo () 2 salários mínimos

() > 3 salários: Valor aproximado R\$ _____

Qual a porcentagem que agricultura contribui com a renda familiar: _____

Atividades paralelas: Sim () Não (),

Qual: _____

Recebe benefícios do governos: Sim () Não ()

Quais: () Bolsa Família () Pronaf ()

Outros: _____

Participa de alguma cooperativa: _____

Quantas e quais pessoas trabalham no lote: _____

O que produz para consumo familiar: _____

Aplica algum tipo de agrotóxico: () Sim () Não **Qual:** _____

O Motivo: _____

Valor: _____

Utiliza adubo:

() Orgânico: _____ **Próprio:** () Sim () Não

Valor: _____

Aplica algum tipo de agrotóxico: () Sim () Não **Qual:**_____

O motivo:_____

O valor:_____

Utiliza adubo:

() Orgânico:_____ **Próprio:** () Sim () Não

Valor:_____

() Industrializado:_____

Valor:_____

A comercialização ocorre de que forma:

() Direta:_____

Há distinção entre agroecológicos e convencionais: () Sim () Não

() Indireta:_____

Há distinção entre agroecológicos e convencionais: () Sim () Não

() Via programas

Governamentais:_____

Há distinção entre agroecológicos e convencionais: () Sim () Não

Problemas:

Anseios:

Observações:_____

() Químico: _____

Valor: _____

O que comercializa: _____